



PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

PATRÍCIA PEREIRA TAVARES DE ALCANTARA

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER – um estudo de caso no interior do Ceará**

Juazeiro do Norte – CE

2017



PATRÍCIA PEREIRA TAVARES DE ALCANTARA

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER – um estudo de caso no interior do Ceará**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz

Co-orientadora: Profa. Dra. Verônica Salgueiro Nascimento

Juazeiro do Norte – CE

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

-
- A347s Alcantara, Patricia Pereira Tavares de.
Sustentabilidade social no combate a violência contra a mulher: um estudo de caso no interior do Ceará / Patricia Pereira Tavares de Alcantara. – 2017.
120 f.: il.; color.; enc. ; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Juazeiro do Norte, 2017.
Orientação: Prof. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz.
Co-orientação: Prof. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento.
1. Políticas públicas. 2. Violência contra a mulher. 3. Sustentabilidade social. 4. Empoderamento.
5. Qualidade de vida. I. Queiroz, Zuleide Fernandes de. II. Nascimento, Verônica Salgueiro do.
III. Título.

CDD 362.83098131

PATRÍCIA PEREIRA TAVARES DE ALCANTARA

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER – um estudo de caso no interior do Ceará**

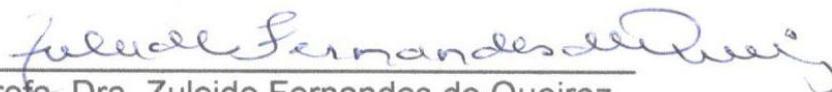
Dissertação apresentada julgada e aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável, outorgado pela Universidade Federal do Cariri – UFCA.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável

Linha de Pesquisa: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Regional Sustentável.

Data de Aprovação: 07/04/2017

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz
Orientador / UFCA



Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento
Co-orientador / UFCA



Profa. Dra. Maria Rosilene Cândido Moreira
Membro interno / UFCA



Prof. Dr. Antonio Germane Alves Pinto
Membro externo / URCA

Dedico esta dissertação a todas as mulheres que conseguem força para sair da situação de violência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus pelo dom da vida, e por ser minha fortaleza nos momentos difíceis.

A meu esposo, Luiz Gonzaga de Alcântara, pela compreensão, por todo o incentivo, apoio, e por nunca desacreditar dessa vitória.

A meu filho, Nycolas Gonzaga Tavares de Alcantara, razão de toda minha luta. Você é meu melhor presente e minha maior inspiração.

Aos meus pais pelo grande dom da vida.

Aos meus queridos e inesquecíveis colegas de turma que me proporcionaram um grande crescimento pessoal e profissional, em especial, Tainara Martins, Aline Bezerra, Francisco Marciano de Alencar, Verônica Nogueira e Adriana Carvalho.

A meu Grupo de Pesquisa – Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde – GPCLIN/URCA, na pessoa do professor Antonio Germane Alves Pinto, que sempre me trouxe motivação.

A minha querida amiga Maria Regilânia Lopes, pelos momentos de desabafo.

Ao meu grande amigo, Pedro Neto de Sousa, que quando Secretário de Saúde de Nova Olinda/CE viabilizou a caminhada na conquista desse sonho.

Às minhas amigas Mirna Neyara Marinho e Aretha Feitosa, pelo compartilhamento de saber.

A minha amiga, Regina Petrola, que me apoio e incentivou no processo de seleção.

A toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER que foi tão importante neste período, em especial a Amanda e Márcia.

A professora Zuleide Fernandes de Queiroz, minha orientadora, que sempre me auxiliou nas reflexões sobre o tema da violência contra a mulher. Por suas contribuições, explicações e correções. Obrigada pela sabedoria compartilhada nas orientações.

A professora Verônica Salgueiro do Nascimento, minha co-orientadora, por toda a cumplicidade, companheirismo e acolhida.

Aos membros da Banca de Qualificação por todas as importantíssimas sugestões que contribuíram para a continuidade do trabalho. À Banca Examinadora

professor Antonio Germane Alves Pinto e a professora Maria Rosilene Cândido Moreira por terem aceitado o convite.

Aos profissionais do Centro de Referência de Atendimento a Mulher (CRAM) de Crato/CE pela disponibilidade e aceitação em participarem do estudo.

ALCANTARA, Patrícia Pereira Tavares de. **Sustentabilidade Social no Combate a Violência Contra a Mulher – um estudo de caso no interior do Ceará.** 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Cariri, PRODER, Juazeiro do Norte – CE, 2017.

Perfil do autor: Especialista em Saúde da Família, em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde, em Gestão da Clínica, e em Vigilância em Saúde. Bacharel em Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Enfermeira efetiva do município de Nova Olinda/CE.

RESUMO

A violência é um fenômeno sócio-histórico que acompanha a evolução da humanidade, afetando a saúde individual e coletiva, o que exige a formulação de políticas públicas ou ações do Estado voltadas para minimizar o problema. A violência contra a mulher encontra-se ancorada na cultura patriarcal e nas relações desiguais de gênero presente em todo o mundo. O estudo, objetivou explicitar as relações que podem ser estabelecidas entre as ações de combate a violência contra a mulher desenvolvidas no Centro de Referência de Atendimento a Mulher – CRAM de um município do interior cearense e a promoção da sustentabilidade social. Especificamente teve-se o interesse de conhecer a funcionalidade desse CRAM; identificar as possibilidades e as limitações para o desenvolvimento das ações; verificar, na percepção dos profissionais que trabalham nesse CRAM, a correlação dos serviços ofertados no combate a violência contra a mulher e a sustentabilidade social; e discutir a forma como essas ações se aproximam do paradigma da sustentabilidade social na perspectiva da cultura de paz e da qualidade de vida. Estudo exploratório descritivo, com abordagem qualitativa. Realizado em um CRAM do interior do Ceará, que faz parte da rede de assistência de mulheres vítimas de violência. A população do estudo foi constituída por profissionais que compõem a equipe multidisciplinar desse CRAM. Para a obtenção dos dados, utilizamos um roteiro de entrevista semi-estruturada, nos meses de janeiro e fevereiro de 2017. Apresentaram-se nos resultados a caracterização dos participantes, bem como as categorias temáticas que mostram que a filosofia de atuação do CRAM aproxima-se do conceito de sustentabilidade social. Contudo, identificamos com a análise de dados que ainda existem fragilidades de funcionalidade e de melhor estruturação da rede de enfrentamento a mulher que dificultam as ações repercutam de forma significativa na ruptura do ciclo de violência vivenciado pelas mulheres, assim como, para a efetivação da justiça social, da equidade de gênero e de qualidade de vida. Dessa maneira, verificamos a necessidade de ampliação de outras discussões que entrelacem a sustentabilidade social e a violência contra a mulher, que atravessem questões sociais, culturais, de justiça e equidade, de empoderamento, visando a melhoria da qualidade de vida social das mulheres vítimas de violência.

Palavras-chaves: políticas públicas; violência contra a mulher; sustentabilidade social; empoderamento; qualidade de vida.

ABSTRACT

Violence is a socio-historical phenomenon that accompanies the evolution of humanity, affecting individual and collective health, which requires the formulation of public policies or state actions aimed at minimizing the problem. Violence against women is anchored in the patriarchal culture and unequal gender relations present throughout the world. The study aimed to explain the relationships that can be established between actions to combat violence against women developed at the Reference Center for Women 's Care - CRAM in the municipality of Crato / CE and the promotion of social sustainability. Specifically, it was interesting to know the functionality of this CRAM; Identify the possibilities and limitations for the development of actions; To verify, in the perception of the professionals working in this CRAM, the correlation of the services offered in the fight against violence against women and the promotion of social sustainability; And discuss / reflect how these actions approach the paradigm of social sustainability in the perspective of a culture of peace and quality of life. The study was descriptive exploratory, with a qualitative approach. A case study was carried out at the CRAM in the municipality of Crato / CE, which is part of the assistance network of women victims of violence. The study population consisted of professionals who make up the multidisciplinary team of this CRAM. To obtain the data, we used a semi-structured interview script, in January and February 2017. The results were characterized by the characterization of the participants, as well as the thematic categories that show that CRAM's philosophy of action shows great Relationship with the concept of social sustainability. However, we have identified with data analysis that there are still weaknesses in functionality and better structuring of women's coping networks that make it difficult for actions to have a significant impact on the rupture of the cycle of violence experienced by women. As well, for the effectiveness of social justice, gender equity and quality of life. In this way, we verified the need to broaden other discussions that link social sustainability and violence against women, that cross social, cultural, justice and equity issues, empowerment, aiming to improve the quality of social life of women victims of violence. violence.

Keywords: public policy; violence against women; social sustainability; empowerment; quality of life.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Desenho esquemático relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável.....p. 47
- Figura 2** – Mapa do Brasil com localização do Ceará.....p. 54
- Figura 3** – Mapa do Ceará com localização do Crato e do CRAM.....p. 55
- Quadro 1** – Caracterização dos participantes.....p. 62
- Quadro 2** – Categorias e subcategorias emergidas através do conteúdo dos discursos dos participantes.....p. 65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE	Ceará
CEP	Cômite de Ética em Pesquisa
CMDMC	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense
CRAM	Centro de Referência de Atendimento a Mulher
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada da Ação Social
DEAM	Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher
DEPCA	Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente
DS	Desenvolvimento Sustentável
ESF	Equipe Saúde da Família
IPECE	Instituto de Pesquisa, Estudos, Cultura e Educação
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PP	Políticas Públicas
PPM	Política Pública para Mulheres
PSF	Programa Saúde da Família
QV	Qualidade de Vida
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SOF	Sociedade Viva Organização e Formação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
VCM	Violência contra Mulher

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 2	
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	27
2.1 Violência contra a mulher: história e conceitos.....	27
2.2 Políticas públicas de combate a violência contra a mulher.....	35
CAPÍTULO 3	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	46
3.1 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade social.....	46
CAPÍTULO 4	
O CAMINHO PERCORRIDO: PASSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO.....	54
4.1 Território e período da pesquisa.....	54
4.2 Tipo de estudo e abordagem	57
4.3 Participantes do estudo	57
4.4 Instrumentos e procedimentos para coletas de dados.....	58
4.5 Análise e discussão de dados.....	59
4.6 Aspectos éticos e legais do estudo.....	60
CAPÍTULO 5	
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SUSTENTABILIDADE SOCIAL.....	62
5.1 Caracterização dos participantes do estudo.....	62
5.2 Categorias temáticas.....	64
5.2.1 <i>Categoria 1 – Concepção da relação entre as ações desenvolvidas no Centro de Referência de Atendimento a Mulher e a sustentabilidade social</i>	65
5.2.1.1 <i>Subcategoria 1 – Funcionalidade do Centro de Referência de Atendimento a Mulher</i>	66

5.2.1.2 Subcategoria 2 – Estruturação da rede de assistência vinculada ao Centro de Referência da Mulher.....	71
5.2.2 Categoria 2 – Facilidades / Dificuldades dos profissionais do Centro de Referência de Atendimento a Mulher para o desenvolvimento das ações.....	77
5.2.2.1 Subcategoria 1 – Ações de apoio as mulheres vítimas de violência.....	77
5.2.3 Categoria 3 – Impactos advindos do desenvolvimento das ações do Centro de Referência de Atendimento a Mulher.....	82
5.2.3.1 Subcategoria 1 – Repercussão na vida e na rede de atendimento.....	82
5.2.4 Categoria 4 – Reflexão sobre violência contra a mulher, sustentabilidade social, cultura de paz e qualidade de vida.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96

REFERÊNCIAS

APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Dados

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

APÊNDICE C – Pedido de Autorização para a Realização da Pesquisa

ANEXO 1 – Autorização do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos

APRESENTAÇÃO

Para o desenvolvimento desse trabalho o texto foi dividido em seis capítulos: 1. Introdução; 2. Violência contra a Mulher; 3. Desenvolvimento Sustentável; 4. O caminho percorrido: passos para o desenvolvimento do estudo; 5. Violência contra a Mulher e Sustentabilidade Social; 6. Considerações Finais.

Ao longo do primeiro capítulo, o texto demonstra a abordagem de alguns pontos relevantes. Inicialmente, consiste em descrever as premissas implícitas da pesquisadora para estudar a temática, assim como as experiências de sua vida que deram motivação ao estudo. No segundo ponto, explicitou-se, mediante a contextualização da problemática da violência contra a mulher, sua influência na vida das mulheres, bem como a necessidade de políticas públicas que visem promover a sustentabilidade social e permitam o resgate a dignidade dessas mulheres. Assim, abre-se espaço para os questionamentos que impulsionaram o estudo, justifica-se e aponta-se a relevância do estudo, percebendo a ação intersetorial e multiprofissional como medida de promoção da sustentabilidade social. Encerra-se com os objetivos propostos do estudo.

No segundo capítulo, realizou-se embasamento teórico de alguns fundamentos considerados relevantes para a compreensão desse trabalho. No item sobre a “Violência contra a Mulher”, efetivou-se a contextualização da história e dos conceitos, além da ligação com as políticas públicas de combate à violência contra a mulher. E nesse contexto ressaltou-se a complexidade dos agravos advindos da violência na vida da mulher, assim como a necessidade de políticas públicas que abordem esse problema de forma integral e articulada numa rede de assistência intersetorial.

No terceiro capítulo, caracterizou-se a construção do levantamento de conceitos e apreciação de autores sobre “Desenvolvimento Sustentável”, assim, tornou-se possível compreender o desenvolvimento sustentável, suas dimensões. Nesse contexto ressaltou-se a importância da promoção da sustentabilidade social para a melhoria da qualidade de vida.

No quarto capítulo, “O caminho percorrido: passos para o desenvolvimento do estudo”, descreveu-se o tipo de estudo e a abordagem escolhida, a contextualização do território e suas particularidades, a descrição do *lócus* da pesquisa, o período de delineamento, o processo de seleção dos participantes, o método de análise, bem

como os aspectos éticos e legais adotados. Todos os passos foram importantes na viabilização do estudo, e permitiram a busca de elucidação dos objetivos propostos.

No quinto capítulo, denominado “Violência contra a Mulher e Sustentabilidade Social”, explorou o processo dos achados, como base nos relatos dos participantes do estudo e as inferências com dados já existentes em estudos de outros autores. Esse capítulo foi dividido, inicialmente, com a caracterização dos participantes e em seguida com as categorias temáticas para melhor compreensão do conteúdo sugerido: Categoria 1 – Concepção da relação entre as ações desenvolvidas no Centro de Referência de Atendimento a Mulher e a sustentabilidade social (Subcategoria 1 – Funcionalidade do Centro de Referência de Atendimento a Mulher; Subcategoria 2 – Estruturação da rede de assistência vinculada ao Centro de Referência de Atendimento a Mulher); Categoria 2 – Facilidades / Dificuldades dos profissionais do Centro de Referência de Atendimento a Mulher para o desenvolvimento das ações (Subcategoria 1 – Ações de apoio as mulheres vítimas de violência); Categoria 3 – Impactos advindos do desenvolvimento das ações do Centro de Referência de Atendimento a Mulher (Subcategoria 1 – Repercussão na vida e na rede de atendimento); Categoria 4 – Reflexão sobre violência contra a mulher, sustentabilidade social, cultura de paz e qualidade de vida.

Finalizando, o sexto capítulo detém-se em pontuar algumas considerações percebidas pela pesquisadora durante o caminho percorrido e do envolvimento com a temática. Tem-se a intenção de motivar uma discussão permanente sobre a temática, bem como direcionar pesquisas posteriores que ampliem a discussão sobre a correlação entre a violência contra a mulher o desenvolvimento sustentável. É válido enfatizar que a abordagem da temática permitiu um olhar diferenciado, sobretudo para a Região do Cariri Cearense, sobre as políticas de combate a violência contra a mulher na perspectiva da sustentabilidade social.

INTRODUÇÃO

Considerada como um problema de saúde pública, segundo Schmidt & Coelho (2013), a cada dia torna-se mais visível, conferindo uma grande ameaça à qualidade de vida das pessoas, acarretando impactos no desenvolvimento humano, nas relações interpessoais, comunitárias e na sociedade de uma forma geral. A violência contra mulher merece ser discutida sob a ótica da sustentabilidade, para que possamos visualizar equipamentos promotores de ações das políticas públicas de combate a violência contra a mulher, que favoreçam o empoderamento e a melhoria da qualidade de vida dessas vítimas, propiciando um estudo que favoreça uma contribuição social.

Segundo Oit (2010), a violência é considerada um fenômeno multifacetado, um processo de vitimização que se expressa em atos com intenção de prejudicar, subtrair, subestimar e subjugar, envolvendo sempre um conteúdo de poder, quer seja intelectual quer seja físico, econômico, político ou social. Atingem de forma mais hostil os seres mais vulneráveis da sociedade, como as crianças e adolescentes, e também as mulheres sem, contudo, poupar os demais.

A violência em si consiste em um problema social. Afeta os envolvidos não só pelas mortes, lesões e traumas que causa, mas também pelo impacto que gera nas condições de vida e saúde de indivíduos e coletividades. Isso requer a formulação de políticas específicas e organização de práticas e de serviços peculiares. A violência configura atualmente, ao lado dos agravos crônicos e degenerativos, um novo perfil epidemiológico no quadro de saúde do Brasil. O fenômeno passa a demandar uma abordagem com a qual o sistema de saúde, historicamente, não está habituado a lidar, uma vez que requer ênfase nos determinantes sociais e na produção e reprodução dos modos de viver e adoecer (GUEDES et al, 2013).

Nesse cenário, encontra-se a violência contra a mulher, um fenômeno sócio-histórico que acompanha a evolução da humanidade, afetando a saúde individual e coletiva, o que exige a formulação de políticas públicas ou ações do Estado voltadas para minimizar esse problema social (MINAYO, 2006).

De acordo com Saffioti (1997) para se entender porque a violência é uma questão de saúde pública, precisa-se compreender o grande número de vítimas que atinge, as repercussões deletérias na sanidade física e mental, assim como suas decorrências econômicas para o país: diminuição do PIB à custa de absenteísmo ao

trabalho, da diminuição da produtividade, e do período que ficam às expensas da seguridade social.

A dinâmica da violência caracterizada por acontecimentos traumáticos e consecutivos que a mulher não consegue prever nem evitar, enfraquece a capacidade de resiliência da mulher vítima e a torna mais vulnerável a diversos riscos. Têm consequências permanentes para a mulher, para os seus filhos, para a família e para a sociedade (CALVINHO; RAMOS, 2014).

A violência contra a mulher encontra-se ancorada na cultura patriarcal presente em todo o mundo. É um fenômeno complexo que tem raízes na desigualdade de gênero, apresentando repercussões em quem a vivencia. Constitui um problema mundial a acometer mulheres de todas as idades, classes sociais, raças, religiões e níveis de escolaridade, podendo-se relacionar ao domínio masculino, desigualdade econômica, problema mental e aspectos culturais. Essa violência pode se manifestar como doméstica e familiar, compreendendo violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, ou na forma de exploração sexual, assédio sexual no trabalho, assédio moral, tráfico de mulheres, ou ainda, no plano institucional (COSTA et al, 2015).

Na violência ocorrida no ambiente familiar, o acesso e uso do poder pelas mulheres representam um desafio às relações patriarcais, principalmente no ambiente familiar, uma vez que desafiam o poder do homem e ameaçam seus privilégios, sinalizando a possibilidade de mudança na relação de dominação dos homens sobre estas. Alteração essa que proporciona às mulheres a autonomia sobre seus corpos, sua sexualidade e seu direito de ir e vir e também o repúdio ao abuso físico, à impunidade e às decisões unilaterais masculinas (CORTEZ; SOUZA, 2008).

Quanto à violência do tipo doméstica, compreende-se que conforme a Lei 11.340/2006, a violência doméstica, entendida como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause à mulher morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

No tocante as relações de poder que se instalam entre o feminino e o masculino, o que também se tenta demarcar é que a ordem de gênero é fundamentalmente atenta aos sinais, ou seja, é fortemente simbólica. Não se pode,

portanto, prescindir da dimensão simbólica se se intenta melhor compreender as representações do gênero na sociedade, bem como discernir sobre suas influências na regulação das relações sociais e na constituição do nexos da experiência. Assim, as formulações culturais e históricas visíveis, no tocante ao problema da violência doméstica contra a mulher, indicam a existência de uma subjetividade sexuada e de uma identidade de gênero atravessadas não só por diferenças mas também por assimetrias e relações de poder (OSTERNE, 2006).

É conveniente ainda lembrar o equívoco que se comete quando se pensa que a violência doméstica contra a mulher ocorre, predominantemente, entre as camadas mais pobres da sociedade. Acontece que as camadas subprivilegiadas, além de existirem em maior quantidade e não disporem de recursos econômicos e políticos para ocultar a violência doméstica, ficam bem mais representadas nos dados da violência denunciada. Pensar, no entanto, que são somente os pobres ou os alcoolizados que cometem violência contra suas mulheres é relativamente falso. O fenômeno da violência contra a mulher no âmbito doméstico pode acontecer, portanto, com qualquer mulher, entre qualquer categoria de casal e em qualquer classe social (OSTERNE, 2011).

A violência doméstica é um fenômeno múltiplo e complexo, não sendo possível compreendê-lo a partir de uma leitura bidimensional, fundamentada em categorias fixas como “mulher-vítima” e “homem-agressor”. Isso não significa que nos cenários de violência não existam vítimas e agressores, ou que não haja grupos mais vulneráveis a certos tipos de violência. Contudo, as experiências de violência nas relações íntimas são vastamente diferenciadas, tanto na forma, intensidade, frequência, quanto nos contextos, nos significados e nos impactos que produzem (SOARES, 2012).

Na América Latina, Meneghel & Hirakata (2011) constataram que mulheres jovens, pobres e/ou migrantes estão em condição de elevada vulnerabilidade ao feminicídio. E de acordo com o mapa da violência de 2015, ocorreu uma maior incidência de violência contra a mulher na população negra, representando um aumento de 54,2% quando comparada às mulheres brancas (WAISELIZ, 2015). Contudo, nenhuma mulher está livre desse tipo de violência, e cabe a todos quebrar o mito de que a violência só ocorre entre famílias pobres e de baixa instrução, ou que as mulheres gostam ou provocam a violência; ou que os agressores não conseguem controlar suas emoções e que isso justifica suas ações. Além disso, o

mito de que a violência doméstica é proveniente de problemas com álcool, drogas ou doenças mentais é apenas mais uma forma de corroborar estas práticas destrutivas. Assim, o conceito de gênero é uma categoria importante para a compreensão do problema da violência contra a mulher.

Estudos realizados em diferentes países demonstram que um dentre quatro casais há violência de maridos ou companheiros contra esposas. E devido esses dados, a violência nas relações entre casais está assumindo um caráter endêmico no mundo. No Brasil, particularmente, um número estimado em 300.000 mulheres referem ter sido agredidas fisicamente por seus parceiros a cada ano (BEZERRA et al, 2012).

Estima-se que 3,3% do produto interno bruto brasileiro são gastos com a violência, sendo três vezes mais elevado do que o investimento em ciências e tecnologia. E que a violência contra a mulher responde por cerca de 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 a 44 anos em todo o mundo (MENEGHEL & HIRAKATA, 2011).

Dados atualizados do Mapa da Violência de 2015 indicam que o Brasil ocupa, atualmente, a quinta posição na incidência de homicídios de mulheres, num ranking mundial de 83 países. Entre 1980 e 2013 morreram num total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídios (WAISELFIZ, 2015).

É necessário enfatizar que as transformações socioeconômicas ocorridas no século XX acabaram por produzir uma sequência de fenômenos que não só favorecem o comportamento violento. Nesse contexto, surge o discurso sobre desenvolvimento sustentável, quando os cientistas manifestaram-se sobre o caminho sem volta ao qual a humanidade estava conduzindo o planeta (ZOTTIS, 2008).

Segundo Boff (2013) sustentabilidade é um modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma e às necessidades das presentes e das futuras gerações.

Em 1987, no Relatório Brundlandt¹, da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável foi definido como aquele que

¹ Relatório Brundtland é o documento intitulado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), publicado em 1987. Elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações atenderem suas próprias necessidades. Assim, ressaltamos a necessidade de estudar a relação que o ser humano mantém com sua própria espécie. Afinal, o objetivo é o alcance de uma sociedade sustentável, identificada por uma cultura de paz, baseada em valores, atitudes, comportamentos e vivências que reforçam a não-violência e os direitos fundamentais dos indivíduos (UNESCO, 1999).

Reconhece-se que, no início do Século XXI, existe uma grande preocupação com os índices de crescimento da violência em suas diferentes formas de manifestação. Pode-se até propor que esta é uma questão primordial para reflexões acadêmicas e científicas sobre a sociedade brasileira, posto que na atualidade o problema da violência tem ocupado não só acadêmicos, mas, setores organizados da sociedade civil, instituições estatais, e também o cidadão comum. Esse fenômeno pode ser visto como um problema universal, tendo configurações particulares em tempos, lugares e contextos específicos (SOUZA, 2015).

Neste cenário de violência contra a mulher, segundo dados do Mapa da Violência de 2015, o Estado do Ceará, apresentava um total de 103 homicídios de mulheres no ano de 2003, passando em 2013 para um total de 278. O que representa um crescimento maior que cem por cento num período de dez anos (WAISELFIZ, 2015).

Diante deste contexto, nos deparamos, na Região do Cariri Cearense, com uma realidade semelhante, onde a dominação, discriminação e submissão da mulher, aliada a uma grande tradição cultural imposta historicamente, têm levado esta região a contabilizar uma significativa estatística de violência contra a mulher.

De acordo com os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, do município de Crato/CE, foram notificados no ano de 2015, um total de 78 casos de violência sexual contra a mulher. E no ano de 2016, um total de 58 casos. Sabendo-se que nem todos os casos são notificados nos serviços de saúde (SINAN, 2016).

Segundo dados do Relatório Estatístico de Crimes em Procedimentos Instaurados, fornecidos pela Delegacia de Defesa da Mulher de Crato/CE, foram atendidas no ano de 2015, um total de 926 mulheres vítimas de algum tipo de violência contra a mulher (DDM, 2015).

O presente estudo apresenta como premissas implícitas da pesquisadora a vivência profissional e o desejo de articular a discussão sobre violência contra a mulher e o desenvolvimento sustentável.

Além disso, ressaltam-se as premissas explícitas, a partir dos argumentos problematizadores do objeto de estudo. Estes configuram-se através de dados epidemiológicos de violência contra a mulher, a nível internacional, nacional e local, bem como das repercussões advindas dessa violência, no cotidiano das mulheres e das famílias. Associando a isso a necessidade de implementação de políticas públicas na perspectiva de promoção de sustentabilidade social. Favorecendo o resgate da dignidade e qualidade de vida dessas mulheres.

Assim, justifica-se a importância e relevância do estudo das ações realizadas por órgãos promotores dessas políticas públicas.

O interesse por essa temática surgiu a partir de uma experiência como enfermeira do Programa Saúde da Família – PSF, atualmente chamado Estratégia Saúde da Família – ESF, onde não conseguia realizar a notificação e o acompanhamento dos casos de violência contra a mulher, assim como de identificar que os profissionais despreparados para acolher, acompanhar e favorecer uma melhoria na qualidade de vida dessas mulheres.

Participando de formações sobre a temática da violência contra a mulher, pude identificar que as cartilhas e os manuais de atendimento são formulados para que os serviços funcionem com excelência, contudo estes materiais são muitas vezes subutilizados e as ações desenvolvidas não propiciem a ruptura do ciclo da violência.

E, convivendo com mulheres que permanecem nesse ciclo de violência pude verificar que essa situação traz prejuízos na educação dos filhos, e que essas mulheres, embora vítimas acabam reproduzindo essa violência, e perdem sua autonomia e dignidade enquanto sujeitos.

No Brasil, as políticas públicas de combate a violência contra a mulher têm se mostrado tímidas, e, na maioria das vezes, ineficazes como se tem demonstrado em vários estudos ao longo de quase três décadas. A elaboração das políticas públicas também deve considerar o desenvolvimento das potencialidades, a maior participação política, econômica e social destas mulheres, considerar a subjetividade feminina e a natureza dos conflitos (BANDEIRA, 2005).

A existência de redes de apoio que propiciem as mulheres confiança e vínculo com os profissionais de apoio, propiciam um trabalho de fortalecimento dessas mulheres enquanto sujeitos, e em diferentes dimensões que lhes garantam um processo de conscientização quanto a importância da dignidade da sua existência, reconfiguração de seu projeto de vida, na vivência da cidadania, no resgate de sua identidade humano social difundida pelas constantes agressões sofridas, que a levam a um isolamento (GROSSI et al, 2008).

No Brasil, a Lei Maria da Penha, destinada às mulheres vítimas de violência doméstica, vem para combater a impunidade em relação à esse tipo de violência. Esta Lei criada em 2006, inspirada na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção realizada em Belém do Pará) tipificou as diferentes formas da violência de gênero, para amparar as mulheres vítimas de qualquer tipo de violência em termos de saúde mental, proteção física e jurídica. Representou uma ruptura às restrições do conteúdo das denúncias acolhidas nas DEAM (Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher), condicionadas à ordem da violência doméstica, sem possuir a compreensão da dinâmica e complexidade dos conflitos interpessoais que caracterizam o cotidiano das mulheres (BANDEIRA; SOARES, 2008).

As primeiras conquistas do movimento feminista junto ao Estado para a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à violência contra mulheres datam da década de 80. E com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres em 2003, as ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres passam a ter um maior investimento e a política é ampliada no sentido de promover a criação de novos serviços: Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), Delegacias de Proteção da Criança e do Adolescente (DEPCA), Conselho Tutelar (BRASIL, 2011).

Os CRAM compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, balizada pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do governo federal, dividida nos setores de Saúde, Justiça, Segurança Pública e Assistência Social. São equipamentos públicos específicos para o acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico

para as mulheres em situação de violência, com o objetivo de fortalecer e resgatar sua cidadania (BRASIL, 2011).

Diante disso, é importante discutirmos a política pública de combate a violência contra a mulher desenvolvidas pelo Centro de Referência da Mulher – CRAM associando ao conceito de sustentabilidade, na perspectiva de vislumbrarmos meios eficazes para que essas mulheres tenham a possibilidade de saírem dessa situação de violência, bem como possamos contribuir com a promoção da sustentabilidade social.

Uma Política Pública para Mulheres deverá, pois, expressar o reconhecimento do papel do Estado como promotor e articulador de ações políticas capazes de alterar o quadro das desigualdades de gênero, levando em conta a diversidade de raça e etnia, em permanente diálogo e articulação com a sociedade e as organizações que a representam. O enfrentamento das desigualdades de gênero tem sentido amplo, ou seja, não se esgota na implementação de uma proposta de governo. Deverá constituir-se política de Estado, com a qual todos os governos democráticos, em nível municipal, estadual e federal, precisam estar comprometidos. A transversalidade, portanto, das políticas para mulheres e a igualdade de gênero revelam-se um enorme desafio. Pressupõem criar e fortalecer organismos institucionais de defesa dos direitos das mulheres e afirmar as diferenças em direção à promoção da igualdade. Pressupõem, e assim está definido no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, além do enfrentamento da violência (OSTERNE, 2011).

A relevância do estudo ancora-se no fato de que, apesar dos dados alarmantes sobre violência contra a mulher em nossa sociedade, não tem sido possível identificarmos ações efetivas e eficazes para lidar com esse fenômeno.

A violência contra a mulher configura-se, atualmente, como uma problemática político-social, principalmente em virtude do grande número de assassinatos de mulheres ocorridos no país. Em sua maioria são praticados por homens com os quais as mulheres mantêm relação familiar ou afetiva. Consiste em humilhações, ameaças de morte e toda intenção de provocar danos físicos ou emocionais (DUARTE et al, 2015).

A violência contra a mulher tem sido tema de discussão devido à sua alta incidência. No mundo, 35% das mulheres sofrem violência física e ou sexual por parceiro íntimo ou não, e isso varia de acordo com as regiões, cultura, educação e existência de normas sociais mais ou menos tradicionais, em que a autoridade masculina se sobrepõe à feminina, o que a torna também reconhecida como violência de gênero. Esse agravo necessita de intervenções direcionadas à equidade de direitos e proteção e segurança (SILVA et al, 2015).

Logo, é salutar abordarmos a violência contra a mulher cariense sob a ótica do desenvolvimento sustentável, uma vez que esta sustentabilidade está se mostrando cada vez mais necessária em nossas vidas, pois vem sendo discutida em teorias e práticas voltadas para o bem social (LOUETTE, 2007). Entendo que não se pode pensar hoje em desenvolvimento sem pensar na perspectiva da paz, e da recuperação do sentido maior de ser humano, das relações entre os seres, do respeito pela vida (MATOS et al, 2008).

A ideia de desenvolvimento sustentável foi construída a partir de distintas perspectivas, em contraponto à visão tradicional de desenvolvimento, herdada do século XIX, que privilegia o crescimento econômico e a industrialização como sinônimos de desenvolvimento, desconsiderando o caráter finito dos recursos naturais e a exclusão social. Assim sendo, o desenvolvimento sustentável resgata as premissas de equidade social; de distribuição de riquezas; do fim da exploração dos seres humanos; da eliminação das discriminações de gênero, raça, geração ou qualquer outra; da garantia de direitos a vida, felicidade, saúde, educação, moradia, cultura, emprego e envelhecimento com dignidade (AZEVEDO; PELICIONI, 2011).

Entendemos que a sustentabilidade deve se realizar plenamente nas dimensões política, econômica, social, ambiental e cultural, de modo a ser integralizada em todas as esferas formuladoras e executoras das políticas públicas, tanto em seus conteúdos como em suas formas de implementação. Sobretudo, quando traz no eixo Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz, o objetivo específico de: Promover a inclusão social e a igualdade entre os gêneros, raças e etnias e o respeito à diversidade sexual. Tendo como foco: Agressão a mulheres; e meta: Eliminar todas as formas de violência contra as mulheres. Garantir proteção integral às mulheres contra toda forma de violência (BRASIL, 2012).

Mediante esta problemática, a pergunta norteadora do estudo foi: As políticas públicas de combate a violência contra a mulher desenvolvidas no CRAM tem favorecido a sustentabilidade social no Cariri Cearense?

O presente estudo nos possibilitou trazer à tona discussões que entrelacem a sustentabilidade social e a violência contra a mulher, que atravessa questões sociais, culturais, de justiça e equidade, de empoderamento, de ações de visem a melhoria da qualidade de vida social dessas mulheres assistidas pela política desenvolvida pelos profissionais do CRAM. Sobretudo, em virtude da existência limitada de estudos que abordem a correlação da problemática que trate sobre o combate a violência contra a mulher e a sustentabilidade social. Bem como, a visão crítica das discursividades presentes nas instituições, nos veículos de comunicação, no nosso cotidiano, que modelam e estigmatizam nosso modo de pensar (DUARTE et al, 2015).

E nessa visão de sustentabilidade compartilhamos com a ideia de cultura de paz, visto que não basta sermos contra a violência, mas sermos a favor da paz e contribuir para que esta seja construída (NASCIMENTO; PETROLA, 2014).

A Cultura de Paz se insere em um marco de respeito aos direitos humanos e constitui terreno fértil para que se possam assegurar os valores fundamentais da vida democrática, como a igualdade e a justiça social. Essa evolução exige a participação de cada um de nós para dar aos jovens e às gerações futuras valores que os ajudem a forjar um mundo mais digno e harmonioso, um mundo de justiça, solidariedade, liberdade e prosperidade (MATOS et al, 2008).

A busca por um ideal de solidariedade humana, a luta contra as discriminações e os preconceitos muito bem arraigados em nossa cultura e, principalmente, o desejo de uma sociedade mais tolerante, mais justa, menos violenta e eticamente possível é a crença absoluta de uma sociedade e de um grupo de pessoas que acreditam que vale a pena lutar por algumas utopias, pois elas se tornam ainda necessárias em um mundo onde o diferente nos é tão insuportavelmente estranho que passa a valer menos em relação a direitos ou deveres. A criação, portanto, de uma sociedade mais tolerante é também a criação de uma sociedade mais ética ao admitirmos ou reconhecermos o Outro como se fosse um de nós, ou seja, ao passarmos a tolerar mais aquele que nos é semelhante (SILVA, 2010).

O estudo permitiu trazer discussões que proporcionem maior visibilidade do problema, que conforme as metas propostas pelo Plano Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2006) requer o estímulo no desenvolvimento de pesquisas sobre o tema nos cursos de pós-graduação. Visto que, o reconhecimento da violência contra a mulher, como questão de interesse público, requer o envolvimento de toda a sociedade, para que se possa reduzir a incidência e a magnitude do problema.

Assim, objetivou-se explicitar as relações que podem ser estabelecidas entre as ações de combate a violência contra a mulher desenvolvidas no Centro de Referência de Atendimento a Mulher – CRAM de um município do interior cearense e a promoção da sustentabilidade social. Especificamente teve-se o interesse de conhecer a funcionalidade deste CRAM; identificar as facilidades e as limitações para o desenvolvimento das ações de combate à violência contra a mulher neste CRAM; verificar, na percepção dos profissionais que trabalham neste CRAM, a correlação dos serviços ofertados no combate a violência contra a mulher e a promoção da sustentabilidade social; e discutir/refletir a forma como essas ações se aproximam do paradigma da sustentabilidade social na perspectiva da cultura de paz e da qualidade de vida.

CAPÍTULO 2

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Esse capítulo descreve alguns fundamentos teóricos apropriados para alicerçar o estudo sobre violência contra a mulher e políticas públicas de combate a violência contra a mulher, com conteúdos conectados.

Inicialmente refere-se ao processo histórico e os conceitos sobre a problemática de violência contra a mulher. Considerada mundialmente como uma violação dos direitos humanos, tem apresentado um crescimento preocupante ao longo dos anos. Este fenômeno se manifesta nas mais variadas formas, nos espaços públicos e privados, nas relações institucionais, grupais ou interpessoais.

Em seguida, aborda-se as políticas de combate à violência contra a mulher, destacando a importância de ações articuladas de forma intersetorial para combater essa problemática.

2.1 Violência contra a mulher: história e conceitos

A violência representa uma das principais causas de morbimortalidade no mundo, especialmente entre a população jovem, tem várias faces e afeta de modo diferenciado a população (FARIA, 2010).

Juntamente com os acidentes, ela representa hoje a segunda “*causa mortis*” no quadro geral da mortalidade brasileira e a primeira causa de óbito de crianças e jovens, de 5 a 19 anos, no Brasil (SEPM, 2012).

Com efeito, a violência se apresenta de forma diferenciada para homens e mulheres, pois enquanto o homem sofre violência nas ruas, nos espaços públicos, praticada por outro homem, a mulher, na maioria absoluta dos casos, torna-se vítima da violência masculina primeiramente dentro de casa, depois no espaço privado, e seus agressores, geralmente, são (ou foram) seus namorados, maridos, filhos, companheiros, amantes ou indivíduos outros de alguma forma seus conhecidos (OSTERNE, 2011).

Ao contrário do que muitos imaginam, a violência não é uma anomalia do ser humano. Poucos são os casos de patologias. No geral, ela é um fenômeno socialmente constituído. A violência é um problema de saúde pública e acarreta

impactos no desenvolvimento humano, nas relações interpessoais, comunitárias e na sociedade de forma geral (SCHMIDT & COELHO, 2013).

Neste cenário de violência nos deparamos com a chamada violência de gênero ou violência contra a mulher, que tem suas origens na complexa dinâmica de poder entre homens e mulheres.

A violência contra a mulher é um grave problema social, requer conscientização, apoio e atenção das diferentes esferas da sociedade para seu enfrentamento (COSTA et al, 2015).

Este tipo de violência engloba as mais variadas formas de violência física, sexual, emocional ou psicológica. Considerando que na maioria das vezes as violências conjugais acontecem por agressores predominantemente do gênero masculino, e as principais vítimas, do gênero feminino, a violência conjugal é também denominada uma forma de violência de gênero (MORERA et al, 2014).

Para estudar a violência ao longo da história, lançamos um olhar que não se limita apenas ao ato em si da violência, mas que percebe tal questão como um processo contínuo, onde intervém um jogo de poderes, um paradigma aceito como normal, uma estrutura política, uma cotidianidade e uma estrutura simbólica, que justifica culturalmente a violência de gênero, que é retratada como uma condição sine qua non para uma crítica cultural que tem sido construída a partir da desvalorização do papel feminino dentro da sociedade (LEAL et al, 2011).

Quando se fala sobre violência de gênero se faz referência às relações de poder, ou seja, relações assimétricas, surgidas das influências culturais e as mais diversas formas em que está ligada às diferentes estruturas de dominação nas micro e macro áreas sociais. Sendo assim, discorrer sobre a violência implica em ressaltar as relações de hegemonia e subordinação que historicamente tem acompanhado o ser humano (MONTEIRO, 2012).

A complexidade do conceito de gênero vai além da justificativa ideológica da reprodução simbólica, na construção do masculino e do feminino, pois, faz parte das lutas da organização feminista, que buscam o reconhecimento de que as desigualdades entre mulheres e homens têm raízes culturais e, que, não obstante os inegáveis avanços que asseguram cada vez mais os direitos das mulheres, tem-se, ainda, um longo caminho a trilhar no Brasil e no mundo, o que demanda compromissos, participação ativa e controle de organizações governamentais e não governamentais – da sociedade civil (MOMO et al, 2013).

A violência de gênero consiste em qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. A violência de gênero é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, em que a subordinação não implica na ausência absoluta de poder. Destacamos aqui que a violência está de mãos dadas com o poder patriarcal e com a educação "machista" perpetuada ao longo dos séculos. A violência contra a mulher é atualmente reconhecida como um tema de preocupação internacional (MORERA et al, 2014).

Segundo o mesmo autor, a percepção e consciência desta situação são recentes, frutos de um trabalho incansável e articulado de diversos grupos, sendo os movimentos de mulheres e movimentos feministas os principais responsáveis pela remoção da pesada e empoeirada manta que mantinha em sigilo a dor e o medo de gerações de mulheres e famílias.

Nas relações entre homens e mulheres no contexto doméstico e familiar, a violência de gênero, é um problema que se não coibido e enfrentado, continuará a contribuir, sobremaneira, com os índices da violência, adotou-se os preceitos normativos, planos nacionais e distrital demonstradas na pesquisa como políticas públicas de coibição e enfrentamento desse fenômeno, sendo apresentado, em todas elas, as atribuições das instituições de Segurança Pública, dentre elas, as da Polícia Militar (CASTRO, 2015).

Essa violência se apresenta como forma de dominação e existe em qualquer classe social, entre todas as raças, etnias e faixas etárias. Constitui-se em formas de opressão e de crueldade nas relações entre homens e mulheres, estruturalmente constituída, reproduzidas na cotidianidade. A violência de gênero que vitima sobretudo as mulheres é uma questão de saúde pública e uma violação explícita dos direitos humanos (NJAINÉ et al, 2009).

A maioria das mulheres que sofrem violência é agredida por seus parceiros íntimos e muitas das mulheres que denunciam agressões são assassinadas antes de receber ajuda. Outro agravante é o fato de que a maioria demora em buscar atendimento, ou é assassinada antes de receber ajuda. Em vários países, uma em cada três mulheres que tenta obter a separação é assassinada, e 40% a 70% dessas mulheres são assassinadas pelos companheiros íntimos. Outros estudos estatísticos mostram que um terço das mulheres é agredida ou forçada a ter relações sexuais ao longo da vida, destas, as que vão para o hospital, mais de um

quarto – 29% – esteve internada mais de 24 horas; 30 % das mulheres agredidas não contaram ao médico que buscaram o hospital por motivo de violência; as marcas psicológicas da violência doméstica levaram 20% das mulheres a consultar psiquiatras ou psicólogos; a mulher que sofre de violência doméstica tem nove vezes mais chances de tentar o suicídio do que as não vítimas; a agressão sexual e a violência roubam um em cada cinco anos de vida às mulheres dos países industrializados com idades compreendidas entre os 15 a 34 anos (HEIS et al, 1993; MASSULA, 2010).

Estudos internacionais e nacionais recentes, apontados por Leite et al (2014), mostram a alta prevalência de, pelo menos, uma forma de violência contra a mulher. No Nepal Rural, mais da metade (51,9%) das mulheres casadas, entre 15 e 24 anos, sofreram algum tipo de violência por parceiro íntimo(6); no Karachi (Paquistão), a prevalência autorrelatada entre as mulheres de 25 a 60 anos foi de 56,3%. Na Índia, essa prevalência foi de 56% e na Espanha, 24,8% das mulheres relataram já terem sido maltratadas por seu parceiro alguma vez na vida, apresentando variações de prevalência de acordo com a região. As mais altas percentagens foram registradas em Ceuta e Melilla (40,2%) e Ilhas Baleares (32,5%). Já os menores percentuais registrados ocorreram em Cantábria (18%) e na cidade de Celaya, México (8,1%). No Brasil, estudo transversal, realizado no município de Feira de Santana/BA, mostrou que, entre os indivíduos que sofreram violência, 76,3% das ocorrências eram relacionadas às mulheres. Em investigação realizada com usuárias do Serviço Único de Saúde (SUS), de 15 a 49 anos, no município de São Paulo, a prevalência foi de 59,8%.

Fazer da mulher vítima no espaço conjugal é uma das maiores expressões de violência de gênero e tem sido um dos principais alvos de atuação do movimento feminista e das políticas feministas e das políticas públicas que, nos últimos 50 anos vem buscando desnaturalizar os abusos, os maus-tratos e as expressões de opressão. Assim, problemas que até então permaneciam como segredos do âmbito privado, passam a ter visibilidade social (NJAINÉ et al, 2009).

A dinâmica da violência conjugal caracteriza-se por acontecimentos traumáticos e consecutivos que a mulher não consegue prever nem evitar. Estes acontecimentos traumáticos incontroláveis e sucessivos, independentes da sua capacidade de controlo, geram altos níveis de stresse, de ansiedade e de insegurança e provocam a percepção de descontrolo e de impotência e stresse pós-

traumático. Desta forma, a capacidade de resiliência da mulher vítima sofre um enfraquecimento que a torna vulnerável e exposta a diversos riscos. Esta violência causa grande morbimortalidade pelos impactos na saúde biopsicossocial, espiritual e cultural, na maior propensão a comportamentos de risco para a saúde, no encurtamento da esperança de vida e na mortalidade precoce. Tem consequências permanentes para a mulher, para os seus filhos, para a família e para a sociedade. Aumenta o consumo de recursos e gastos ao nível da saúde, de apoios sociais e jurídicos, com consequências ao nível psicológico, social, económico e laboral (CALVINHO & RAMOS, 2014).

Se as relações de gênero foram socialmente construídas, elas podem também ser desconstruídas e desnaturalizadas. A conscientização é o primeiro passo, já que a cultura patriarcal existe apenas no inconsciente coletivo da maioria da sociedade, no Brasil e no mundo. E apesar de haver alguns países mais desenvolvidos nesse sentido, a maioria ainda tem cada vez mais evidências dessas relações destrutivas. Precisamos perceber que há um grande equívoco nos valores determinados pelo patriarcado ao determinar o que é normal e o que não é (MÜHLEN & NEVES, 2013).

Como as mulheres são disciplinadas pela cultura patriarcal a aceitar essas violências como normais e nem todas as ações de invasão ou cativeiro são vistas como violentas, muitas mulheres só se dão conta que vivenciaram a violência quando os efeitos danosos aparecem, razão pela qual, muitas permanecem presas a barreiras durante toda a vida. As disparidades de gênero colocam as mulheres em desvantagem em relação aos homens. Essas desigualdades surgem desde a educação das crianças e são perpetuadas pelos adultos de ambos os sexos (LIRA et al, 2012).

Estas desigualdades têm no patriarcado - sistema masculino de opressão das mulheres, caracterizado por uma economia domesticamente organizada, na qual as mulheres tornam-se objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de trabalho e de novas reprodutoras - um de seus melhores espaços de manifestação, historicamente falando, uma vez que o sistema é identificado com a dominação e a exploração (OSTERNE, 2011).

A mulher foi sempre uma figura central na sociedade e na família, mas sobretudo para servir os desígnios naturais biológicos e os determinados por sociedades de organização patriarcal que ao longo de muitos séculos não a

reconheceu como sujeito e cidadã de pleno direito. As estruturas sociais, como a família, a escola, os meios de comunicação e de informação, continuam a fazer passar às novas gerações a diferenciação entre homens e mulheres baseada no sexo, sustentando-a como natural apesar dos notáveis progressos realizados no sentido da igualdade de direitos e de oportunidades ao nível social e laboral (CALVINHO & RAMOS, 2014).

Torna-se importante perceber que tais dinâmicas apresentadas neste artigo não transitaram de uma realidade patriarcalista para outra sem conflito e tensão, visto que tais propostas de mudança colocaram as mulheres no centro das discussões em relação a si mesmas, e em relação aos diversos papéis sociais desempenhados. Desta forma, muitas questões surgiram ao mesmo tempo, tanto no sentido de desconstrução de paradigmas patriarcalistas quanto na necessidade de construção de novas representações a cerca das mulheres. Muitas destas questões permanecerão ainda sem resposta. A mídia como poderosa instância socializadora não poderia ficar a margem deste processo, uma vez que estas novas mulheres “precisariam” de novas imagens de si mesmas, novos discursos e materiais simbólicos que pudessem entrar em sintonia com suas novas aspirações, considerando a impossibilidade dos discursos feministas “convencerem” de forma tão eficiente mulheres em realidades tão heterogêneas (SIQUEIRA, 2014).

A violência se tornou um tema freqüentemente analisado nos dias atuais em razão de contar com uma maior visibilidade, através de maciça divulgação pela mídia e pela internet, sem contar com campanhas, ações do governo e de instituições civis enfocando a questão. Especificamente a violência de gênero no espaço doméstico trata-se de uma reação a uma relação desigual e, por isso, discriminatória, mas intimamente ligada à violência, traduzida pela lei, como delito e a promovida pelo Estado (OLIVEIRA & CAVALCANTI, 2007).

Apesar de as evidências apontarem dados que são tornados públicos através de registros, as violências cotidianas que ocorrem entre “quatro paredes”, no interior das famílias, nos espaços de trabalho, de estudo, nos consultórios e nas ruas tendem a ser silenciadas ou invisibilizadas. Grande parte da sociedade considera que a violência de gênero é algo natural, que mulher é culpada pelo mal de que padece, interessando-se pelos fatos somente quando estes são veiculados como manchetes de jornais ou crônicas policiais. Portanto, explicitar as diferentes formas

de violência, nomeá-las (o que não se nomeia não existe) e torná-las visíveis, propondo políticas públicas para o seu enfrentamento (LISBOA, 2014)

As mulheres na história da humanidade sempre foram representadas como sendo o sexo frágil e os homens concebidos como o sexo forte. Com isso se estabelece uma relação de poder e hegemonia do homem frente à mulher, que é levada a assumir uma posição subordinada. Contudo, tais representações são construções sociais, que são reproduzidas, e reforçadas através de leis, normas e instituições – desde as famílias até as igrejas - e pela subjetividade fomentada pela cultura patriarcal (MÜHLEN & NEVES, 2013).

A violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos e se expressa de diferentes formas: violência doméstica, violência sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual entre outras. A violência contra as mulheres é um fenômeno social complexo e multifacetado que requer uma abordagem interdisciplinar e intersetorial. As mulheres são sujeitos de direitos e protagonistas do processo de enfrentamento da violência em todos os equipamentos da rede. A violência contra as mulheres assenta-se nas desigualdades sociais (em especial, as de gênero) que estruturam a sociedade (BRASIL, 2011).

A violência é uma violação dos direitos humanos que afeta milhares de mulheres de todas as idades, de variadas classes sociais, de diferentes regiões, grupos étnico-raciais, graus de escolaridade e religião em todo o mundo (CÔRTEZ et al, 2012).

O conceito “violência contra a mulher” tornou-se uma espécie de paradigma, a partir do qual se fundou uma teoria geral sobre a violência doméstica baseada em um tipo ideal de vítima da violência entre parceiros íntimos – a mulher dominada, subjugada, agredida recorrentemente, violentada, humilhada, cerceada e desqualificada, cujas características passaram a se estender a toda e qualquer mulher em contexto doméstico violento (NOTHAFT, 2014).

Um evento político que contribuiu para a publicização da violência foi a mobilização das mulheres, que culminou no movimento feminista. Por meio de denúncias de assassinatos de mulheres, esse movimento trouxe a público fenômenos considerados até então como do âmbito privado. A constituição de 1988 reconheceu a violência no contexto das relações familiares e previu mecanismos para coibi-la, o que se constituiu em um passo importante para garantir a denúncia e o tratamento legal, por meio da criação de serviços específicos como as Delegacias

da Mulher, as Casas–Abrigos, e os Centros de Atendimentos, além de importantes mudanças na legislação nacional. Todas estas medidas, porém, têm sido insuficientes para superar o problema da violência contra a mulher, visto que ela engloba valores sociais, psicológicos e afetivos, os quais vão além das respostas institucionais que esses serviços possam dar (BISPO et al, 2007).

A Violência Doméstica – ou mais especificamente a violência contra as mulheres – foi assumida como bandeira de luta e como um processo social por meio do qual o movimento feminista afirmou a ilegitimidade das várias formas de agressões de homens contra mulheres. Esse processo de luta envolveu a criação de condições para que as mulheres pudessem denunciar a violência ao mesmo tempo em que se sensibilizava o Estado para que não fosse conivente com o patriarcado que era utilizado como contexto ideológico que justificava ações violentas. Sem esse esforço político e histórico seria impensável a definição de uma agressão perpetrada por um cônjuge como um ato de violência passível de sanção penal. Na medida em que o movimento feminista demandou do Estado uma definição específica da violência contra as mulheres e ações direcionadas ao seu controle e erradicação, foram viabilizadas as condições para que mulheres, individualmente, percebessem e denunciasses a violência que sofriam (ANGELIM & DINIZ, 2009).

De acordo com Soares (2005) a “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher” define a violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

A violência quando praticada contra a mulher, por ser uma questão de gênero, assume um diferente enfoque, uma vez que na maioria das vezes, o agressor é alguém do sexo masculino, seu parceiro ou cônjuge. Sendo assim, essa violência é resultado de relações de poder construídas ao longo da história pela desigualdade de gênero e consolidadas por uma ideologia patriarcal e machista (BEZERRA et al, 2012).

A Lei Maria da Penha define a violência doméstica e familiar como qualquer ação ou omissão que se baseia no gênero, e tem como formas de manifestação a morte, a lesão, o sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Dessa forma, a violência doméstica seria uma das espécies da violência de gênero (NOTHAFT, 2014).

Segundo a “Lei Maria da Penha”, dentre as formas mais comuns de violência destacam-se a agressão física mais branda, sob a forma de tapas e empurrões, sofrida por 20% das mulheres; a violência psíquica de xingamentos, com ofensas à conduta moral da mulher, vivida por 18% e a ameaça através de coisas quebradas, roupas rasgadas, objetos atirados e outras formas indiretas de agressão, vivida por 15%.

Nestas relações de violência é comum mulheres vítimas de violência tentarem compreender o comportamento violento de seus companheiros, criando justificativas para as agressões. É importante associarmos a isto o fato de muitas mulheres criarem um desejo e sentimento de esperança de que seu companheiro irá mudar o seu comportamento, o que faz com que permaneçam na relação (SOUS et al, 2002).

Para Saffioti (1994) o perigo reside justamente na ilusão da mulher de uma possível mudança de seu companheiro, que na maioria dos casos não se realiza, uma vez que estas mulheres, geralmente, desconhecem a violência como algo mais profundo, com raízes nas relações assimétricas de gênero predominantes na sociedade.

A violência contra a mulher é uma realidade presente na vida da maioria das mulheres. Ela se dá devido à cultura patriarcal que é incorporada por toda a sociedade, pois embora homens e mulheres nasçam iguais, a sociedade impõe papéis diferenciados para ambos os sexos, onde prevalece em todas as esferas, a superioridade dos homens sobre as mulheres (QUEIROZ & DINIZ, 2013)

Por ser um problema de saúde pública, deve ter seu conteúdo ministrado formalmente na academia e em cursos que preparam para a assistência ao ser humano, como forma de ir ao encontro da atual Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, formando assim profissionais mais sensíveis para a identificação, atenção e enfrentamento da violência contra a mulher (GOMES et al, 2012).

2.2 Políticas públicas de combate a violência contra a mulher

‘O termo “política pública” (*public policy*), vincula-se mais com o significado da palavra *policy*. As políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões. Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a

um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2014).

A discussão acerca das desigualdades entre homens e mulheres, como sabemos, não é recente, muito pelo contrário: dos gregos antigos até bem pouco tempo atrás, acreditávamos que a mulher era um ser inferior na escala metafísica que dividia os seres humanos, e, por isso, os homens detinham o direito de exercer uma vida pública. Às mulheres, sempre foi reservado um lugar de menor destaque, seus direitos e seus deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e os cuidados do lar, portanto, para a vida privada, e, durante o século das luzes, quem julgasse se apossar da igualdade estabelecida pela Revolução Francesa para galgar espaços na vida pública teria como destino a morte certa na guilhotina. Muitas mulheres que tentaram reivindicar seus direitos de cidadania tiveram esse destino (SILVA, 2010).

No Século XX, a condição da mulher, na sociedade, se alterou. As mulheres estão reagindo à sua exclusão histórica e buscando novos padrões de relações interpessoais e sociais. O índice de violência saiu da invisibilidade, passando de problema privado para crime e questão social (CEARÁ, 2001).

A violência contra a mulher decorre de relações desiguais entre homens e mulheres, deriva de práticas e valores culturais, que se apoiam em normas discriminatórias. No momento, isso começou a mudar, principalmente a partir do final dos anos 70 e 80, em virtude de uma série de assassinatos de mulheres ocorridos no país. O fato gerou sensibilização da opinião pública, uma vez que existia a idéia de que somente homens pobres e negros eram violentos com suas esposas, contudo é uma realidade que ocorre com mulheres pobres, ricas, brancas e negras (ARAÚJO, 2002).

A Constituição Federal de 1988 significou um marco no tocante aos direitos humanos da mulher e ao relacionamento de sua cidadania plena. Como documento jurídico e político das cidadãs e dos cidadãos brasileiros, buscou romper com um sistema legal fortemente discriminatório, em relação ao gênero feminino. Prevê como direito constitucional a igualdade de mulheres e homens em direitos e obrigações. E no plano da proteção internacional dos direitos humanos, temos dois tratados internacionais ratificados pelo Brasil que se referem especificamente aos direitos das mulheres: Convenção das Nações Unidas sobre Eliminação de Todas

as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (TELES & MELO, 2003).

No Brasil, desde o período da abertura democrática nos anos 80, os movimentos feministas assumiram o protagonismo em mudanças que repercutiram de forma significativa nas lutas contra a chamada “violência de gênero”, atingindo as esferas governamentais, as legislações, as formas de representação de governos e a sociedade civil. A adesão de governos a esta vigorosa movimentação civil correspondeu à criação de conselhos, assessorias e coordenadorias, tanto em níveis locais quanto em nível nacional (MORAES & RIBEIRO, 2012).

No decorrer da década de 80 o combate à violência contra as mulheres foi marcado pela denúncia. O movimento feminista foi às ruas manifestar-se contra a dominação masculina e suas conseqüências. A delegacia da mulher foi criada em 1985, e deu imensa visibilidade à demanda reprimida, e até então silenciada. Logo, o tema feminismo passou a ser estudado em algumas áreas das universidades e passou a produzir pesquisas, estudos, reflexões sobre violência, saúde e outros temas correlatos (TELES & MELO, 2003).

No início dos anos 1980, porém, a violência doméstica (e conjugal) passou a ser o centro dos discursos e mobilizações feministas sobre violência. Na época, tornaram-se alvo de inúmeros protestos os casos de assassinato de mulheres e a absolvição dos assassinos pelos tribunais, com base na tese da “legítima defesa da honra” (SANTOS, 2010).

Ademais, o movimento feminista também proporcionou à sociedade moderna a compreensão que as mulheres não mais poderiam ser um grupo oprimido, sendo vítimas e sofrendo as conseqüências de pertencer a uma sociedade secularmente repressora, preconceituosa e discriminatória. Seria necessário, assim, recriar a relação com o gênero masculino (SILVA, 2010).

Hoje, a análise de situações em que as políticas públicas se desenvolvem requer perspectivas que estejam muito além do enfoque clássico que prioriza resultados e processos. Devem ser consideradas as prescrições de novos papéis sociais e identidades que estão presentes nos momentos de decisão e formulação das políticas públicas, assim como compreender as respostas dos atores à internalização de ideias, valores, regras e normas que as sustentam. Por fim, considerar ainda a maneira como tais ideias e preceitos podem ser transformados

nas situações e nos cenários das políticas públicas em que diferentes atores interagem (MORAES & RIBEIRO, 2012).

A alternativa era não apenas criminalizar a violência, como também conscientizar as mulheres e politizar um problema que, aos olhos do Estado e da sociedade, era considerado privado e “normal” (SANTOS, 2010).

A violência contra a mulher viola os direitos humanos e se torna uma bandeira de luta não só para as mulheres mas também para todo aquele que compreende como universal a igualdade entre todos e o reconhecimento do outro como um de nós. Sabemos que essa violência está nos seus mais diferentes códigos, incrustada no pensamento estereotipado de homens e mulheres de uma sociedade herdeira de pensamentos caducos e de crenças esclerosadas, que compreendia a mulher como um ser inferior ao homem (SILVA, 2010).

O Ministério da Saúde, por considerar a saúde da mulher como prioridade criou o documento: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes, trazendo como enfoque a melhoria da atenção obstétrica, planejamento familiar, atenção no abortamento inseguro e combate à violência doméstica e sexual.

Foi criada em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, inaugurando um novo momento da história do Brasil no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens. Esta Política Nacional orienta-se na igualdade e respeito à diversidade, eqüidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social (BRASIL, 2005).

As estatísticas em torno dos altos índices de violência contra as mulheres em todo o mundo e, mais especificamente, no Brasil, não deixam dúvidas quanto à necessidade do combate sistematizado que deve ser feito bem como da necessidade de mudanças de comportamento e de atitudes da população frente à violência de gênero e ao reconhecimento dos direitos da mulher. Bem sabemos como essas mudanças são lentas e como existem reais dificuldades em promovê-las (SILVA, 2010).

A violência doméstica é a forma de violência contra mulheres priorizada tanto pelos movimentos feministas como pelo Estado. A criminalização não é a única abordagem defendida pelas feministas, conquanto seja a mais visível e a mais

traduzível no processo de institucionalização de políticas públicas. Embora a estratégia feminista em defesa da criminalização contrarie a vontade de muitas mulheres em situação de violência conjugal, é importante compreender esta estratégia no contexto mais amplo dos limites do “poder de interpretação” das feministas na formulação e execução de políticas públicas (SANTOS, 2008).

A violência contra as mulheres está velada no mascaramento e na subordinação da nossa linguagem cotidiana, no uso de expressões e de diversos jogos de linguagem, nas palavras de duplo sentido, na criação de referenciais para dar conta de uma realidade que não é a mais condizente com o seu papel na sociedade, também na criação de estereótipos que moldam formas singulares de preconceito e discriminação através de personagens da vida cotidiana, tais como a doméstica, a dona de casa, a professorinha, a mãe e a garota de programa estilo exportação, entre tantos outros tipos, cuja imagem se transformou em um objeto tão vendável quanto qualquer outro produto de consumo, com o corpo explorado através da mídia, além de servir às leis imperativas do comércio e do turismo sexual (CRUZ, 2013).

As políticas públicas na área devem promover a integração dos diversos segmentos sociais, estimulando o diálogo e a reflexão entre os diferentes atores sociais e instituições que possam gerar estratégias preventivas, diagnósticas e terapêuticas, numa ampla rede de apoio social e comunitário (PINTO JUNIOR et al, 2012).

Quando um grupo social legitima papéis que não necessariamente condizem com a realidade desses mesmos atores sociais, cria um sistema de crenças que será disseminado no imaginário social coletivo. Esse sistema de crenças vai legitimar, por sua vez, a violência física ou sexual (também poderia legitimar qualquer outra), estabelecendo como norma a condição do homem como herdeiro único do sistema patriarcalista, machista e viril bem como do capitalismo selvagem do qual fazemos parte (SILVA, 2010).

Conforme o Ministério da Saúde (2004), o movimento de mulheres contribuiu para introduzir na agenda política nacional, questões, até então, relegadas ao segundo plano.

Em julho de 2004 realizou-se em Brasília a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O processo de construção da Conferência envolveu cerca de 120 mil mulheres que participaram das plenárias estaduais, municipais e

regionais realizadas em todo o país. As propostas da Conferência subsidiaram a elaboração do Plano Nacional que passa a orientar as políticas públicas desenvolvidas pelos governos estaduais e municipais (BRASIL, 2005).

No Brasil, os reflexos desse tipo de violência se encontram em toda a parte. Militantes dos direitos humanos, cientistas políticos e sociais têm trabalhado constantemente na investigação, na denúncia e na publicização dos altos índices de violência cometidas contra as mulheres pelos homens (SANTOS, 2011).

A implementação das políticas públicas de combate à violência no Brasil implica a coexistência de diferentes atores e práticas sociais em contextos institucionais muito variados. Ilustram esta afirmação as diversas categorias de profissionais que representam as instituições do Estado envolvidas em sua execução: as/ os policiais e delegado/as das DEAMs, mas também de outras delegacias onde o registro de ocorrência tenha sido realizado; profissionais que integram as equipes técnicas de centros de atendimento para mulheres vítimas ou homens autores (psicólogos, assistentes sociais, advogados etc.), operadores de Direito e representantes do Poder Judiciário etc. Representando parte da sociedade civil, as organizações feministas também foram atores ativos no processo de elaboração e fiscalização destas políticas. Como grupos que dirigem demandas ao Estado, as mulheres que fazem o registro policial e publicizam a violência sofrida e os homens acusados compõem, finalmente, mais um segmento expressivo a integrar este campo de experiências (MORAES & RIBEIRO, 2012).

Somente em meados dos anos 1980 e início da década de 1990, com a pressão do movimento de mulheres e de feministas para que os governos implantassem políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres, foram criados, em algumas regiões do país, órgãos especializados de atendimento, como as Delegacias Especiais em Atendimento às Mulheres (DEAMs), os Programas de Atenção às mulheres vítimas de violência sexual em maternidades, com a garantia do aborto previsto em lei, as Casas Abrigo e os Centros de Referência da Mulher. (CÔRTEZ et al, 2012).

O primeiro órgão implantado no país com essas características foi a Casa Eliane de Grammont/SP, criada em 09 de março de 1990. Em 2002, existiam apenas 17 centros em âmbito nacional (SILVEIRA, 2006). Desde 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o lançamento do “Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher”, os

centros de referência da mulher têm ganhado maior expressão no que tange à política nacional. Em 2003, existiam 36 centros, em 2007, o número passou para 110 e, em 2011, 213 serviços estavam implantados no país (BRASIL, 2011). Houve avanços, mas a quantidade de órgãos é insuficiente devido à dimensão da violência contra mulheres, o que configura a falta de compromisso de governos nos níveis estaduais e municipais com a implantação de ações para a promoção da igualdade de gênero.

Os CRAM ampliaram o raio de ação das políticas públicas de combate à violência, antes pautadas na ótica da segurança, atuando na ruptura da situação de violência por meio de ações globais, atendimento interdisciplinar, na perspectiva de prevenir e preservar os direitos das mulheres. Os centros de referência da mulher configuram-se como unidades de informação que, cotidianamente, produz conteúdos informacionais de subversão e de resignificação de estruturas históricas e cristalizadas que alicerçam a dominação masculina e contribuem para resgatar a autoestima, a autonomia e a emancipação das mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011).

As práticas sociais e as condutas dos agentes que participam dessa política pública vêm sendo continuamente estudadas, em especial as expectativas, as ambiguidades e os caminhos percorridos pelas mulheres vítimas que decidem tornar pública a violência conjugal e doméstica (MORAES & RIBEIRO, 2012).

A temática da violência contra mulheres é uma das prioridades dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil desde o final da década de 1970. No contexto de abertura política e transição para a democracia, os grupos feministas abordavam diferentes formas de violência (SANTOS, 2010).

No ano de 2006, foi sancionada a Lei Nº 11.340, que pune a violência doméstica e familiar contra a mulher e recebeu o nome de “Lei Maria da Penha” como forma de homenagear a pessoa símbolo da luta contra a violência contra a mulher. A nova lei altera o Código Penal e acaba com as penas pecuniárias, ou seja, aquelas em que o réu é condenado a pagar cestas básicas ou multas.

É necessário que exista além da proteção jurídica expressa na Lei Maria da Penha, um conjunto de políticas públicas de apoio às mulheres em situação de violência que atenda às suas necessidades de segurança, habitação, educação, saúde, emprego, assistência social, transporte e salário digno, de modo que a

cidadania da mulher agredida seja resgatada, o que implica no reconhecimento da mesma como sujeito autônomo e portadora de direitos (QUEIROZ & DINIZ, 2013).

A Lei Maria da Penha inova na medida em que define, inclusive, as políticas públicas a serem adotadas para se prestar assistência a vítima, integrando uma rede de proteção social que conta necessariamente com todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal) e prevê a capacitação dos profissionais que atuarão diretamente com as mulheres vítimas de agressões (SAGOT & CARCEDO, 2013).

Atualmente, a Campanha Brasileira do Laço Braço: homens pelo fim da violência contra a mulher, busca através de parcerias com diferentes instituições, e particularmente organizações do Movimento de Mulheres sensibilizar, envolver e mobilizar os homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher.

As mudanças nas agendas das políticas públicas, nas quais agora surgem temáticas particulares introduzidas por emergentes fenômenos, assim como a importância do foco nas interações revigoram a abordagem interacionista (MORAES & RIBEIRO, 2012).

Mais recentemente foi sancionada a Lei 13.104/2015, a Lei do Femicídio, que classifica o crime da violência contra a mulher, como crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença dos filhos, etc) (WAISELFISZ, 2015).

Muito é feito para que a violência de gênero seja reconhecida como um problema de saúde pública, visto afetar significativamente a saúde das mulheres. Sem perder de vista que o problema da violência de gênero é uma violação dos direitos humanos e envolve áreas de segurança pública, justiça, educação, serviços sociais, economia, política, habitação, etc.

Dados de uma pesquisa nacional realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2010, de caráter domiciliar, e que de maneira muito candente confirma algumas hipóteses que todas nós aqui presentes levantamos no nosso cotidiano. A mesma pesquisa foi realizada em 2001 e, portanto podemos ver a evolução da percepção sobre a violência contra a mulher depois do advento da Lei Maria da Penha e da implementação de algumas políticas públicas. Então, a pesquisa de 2010 permite-nos um olhar evolutivo, filtrado evidentemente pelo aparecimento de novas políticas, de novas institucionalidades durante esse período de nove anos.(FREIRE, 2012).

Torna-se necessário uma transformação da lógica na qual está baseado o sentido das leis que dizem respeito ao exercício da reprodução e das relações amorosas e sexuais. Uma transformação que vai no sentido de deslocar o princípio lógico da prescrição e controle, para o princípio da ética e da liberdade. Políticas públicas dirigidas a esses direitos devem estar voltadas para a justiça social, e para isso, elas têm de ser formuladas e executadas levando em conta as desigualdades de gêneros, de classe, de raça e de expressão sexual (ÁVILA, 2003).

O reconhecimento da violência contra a mulher, como questão de interesse público, requer o envolvimento de toda a sociedade, para que se possa reduzir a sua incidência. A ausência de políticas efetivas, que tratem dessa questão, no mundo, dificulta uma resolução objetiva desse grave problema.

Hoje no Brasil, apesar de muitos avanços, continua sendo um enorme desafio a implementação de políticas públicas que visem à garantia de direitos à população. O Brasil é um país que tem uma Constituição avançada, fruto da imensa mobilização da sociedade brasileira, chamada de Constituição Cidadã na qual muitos direitos estão assegurados. Mas, por outro lado, o Brasil ainda é um país cuja implementação daquilo que está plasmado em seu arcabouço legal, ainda é muito difícil. Portanto a distância entre intenção e gesto ainda continua sendo grande (FREIRE, 2012).

Toda política pública é fruto de uma demanda da sociedade. Sua inclusão na agenda do Estado e, depois, como prioridade de determinado governo, geralmente é precedida de uma história que inclui pressões do contexto internacional e nacional (NJAINE et al, 2009).

O documento da Política Nacional de Redução da Mortalidade por Acidentes e Violência também distribui responsabilidades institucionais, tendo como critério a articulação intersetorial nos âmbitos dos governos e com a sociedade civil (BRASIL, 2001).

É importante destacar que avaliar a implementação de políticas públicas de prevenção e combate a violência contra a mulher é uma tarefa bastante complexa, principalmente se levarmos em consideração a disparidade tanto do ponto de vista da distribuição dos serviços no território nacional, como pelas diversas realidades e processo que cada uma das regiões do país tem construído nos últimos anos para a abordagem da referida problemática (QUEIROZ & DINIZ, 2013).

Segundo o mesmo autor, outra dimensão bastante relevante para a análise dos limites das políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência diz respeito a não articulação da rede de serviços de prevenção e combate a violência contra a mulher que até então tem se dado como algo abstrato sem formalidade dos operadores na construção de um espaço verdadeiramente multidimensional.

Nos últimos 20 anos, foram criados serviços voltados para a questão da violência, como as delegacias de defesa da mulher, as casas-abrigo e os centros de referência multiprofissionais que têm focado, principalmente, a violência física e sexual cometida por parceiros e ex-parceiros da mulher. As Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulher, os Postos de Saúde, a Defensoria Pública, as Casas Abrigo, o IML, dentre outros, se constituíram como acessos significativos no atendimento à mulher em situação de violência doméstica. Na última década, foram criados os serviços de atenção à violência sexual para a prevenção e profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis (DST), de gravidez indesejada e para realização de aborto legal, quando for o caso (GROSSI et al, 2008).

Segundo o mesmo autor, desde 2004, o Plano Nacional de Políticas para as mulheres, em seu 4º tópico, orienta as ações voltadas à erradicação desta violência que se perpetua diariamente no cotidiano destas usuárias. A partir desta interação entre os serviços citados (serviços de saúde, delegacias, casas-abrigos, IML, serviços sociais), surgiram as primeiras parcerias e, em alguns estados e municípios, se formalizaram papéis e vínculos entre eles, conformando uma rede de atendimento. Trabalho esse, recomendado pelas experiências mundiais e locais e que corresponde a um conceito de colaboração e integração de serviços que visa à assistência integral.

Propor políticas públicas de prevenção e combate ao fenômeno da violência contra a mulher exige estabelecer o sentido das mudanças e se estas são pretendidas com o caráter emancipatório. Para que tais desigualdades de gênero sejam enfrentadas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupõem-se práticas de cidadania ativa para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raças e etnias, bem como entre mulheres e homens (QUEIROZ & DINIZ, 2013).

É importante termos em mente que o combate à violência contra a mulher não se restringe a tornar mais severas as medidas jurídico-legais contra o agressor. A partir deste entendimento, a Lei Maria da Penha também estabelece medidas de assistência social e educativas, a exemplo, da inclusão da mulher em situação de risco no cadastro de programas assistências, também incluir informações sobre o tema violência contra a mulher nos conteúdos escolares (SARGOT & CARCEDO, 2013).

Existem ainda muitos desafios a enfrentar até colhermos os frutos conquistados com a Lei Maria da Penha. Entre eles a expansão, interiorização e funcionamento dos serviços em rede, a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher e da equipe de atendimento multidisciplinar, a implementação de programas e ações nos planos governamentais nas várias esferas de poder, bem como a mudança de cultura e de valores dos profissionais que trabalham nesta área e de toda a sociedade (QUEIROZ & DINIZ, 2013).

A adoção de políticas públicas direcionadas ao atendimento das vítimas de violência não podem perder de vista a necessidade de se desenvolver políticas públicas educacionais e econômicas que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais e de gênero, auxiliam na construção de relações mais igualitárias entre mulheres e homens (SANTOS, 2011).

CAPÍTULO 3

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Esse capítulo versa sobre a construção de conceitos e apreciações teóricas sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade social. Inicialmente traz a contextualização de desenvolvimento sustentável, destacando-se as suas dimensões. Em seguida traz de forma mais aprofundada a dimensão da sustentabilidade social, foco do estudo.

Destinou-se a fazer a conexão entre a promoção da sustentabilidade social através da implementação das políticas públicas de combate à violência contra mulher, com ênfase na cultura de paz e no favorecimento da melhoria da qualidade de vida.

3.1 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade social

A temática da sustentabilidade assume, no final de século XX, um destaque central na reflexão em torno das dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram para garantir equidade e articular as relações entre os indivíduos e meio ambiente.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu, quando, em 1987 a Comissão para o Ambiente e Desenvolvimento, um órgão independente da Organização das Nações Unidas, elaborou o Relatório Brundtland, publicado com o título: “Nosso Futuro Comum”, segundo o qual:

“ O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.”.

A partir desse conceito, a discussão tem evoluído e, quase sempre, gira em torno da busca de um suposto equilíbrio entre as dimensões económica, social e ambiental. Seja no nível local seja ao nível global, o desenvolvimento sustentável entrou na pauta das preocupações de gestores públicos e privados, passando a ser compreendido e discutido de forma cada vez mais disseminada pela sociedade.

Segundo Jacobi (1999) o conceito de desenvolvimento sustentável surge como uma idéia força integradora para qualificar a necessidade de pensar uma outra forma de desenvolvimento. Fundamenta-se na necessidade percebida de busca de um equilíbrio em relação às capacidades e às limitações existentes. O desenvolvimento e o bem estar humano requer um equilíbrio dinâmico entre população, capacidade do meio ambiente e vitalidade produtiva.

A Conferência de Ottawa²,1986, estabelece cinco requisitos para o alcance do desenvolvimento sustentável: a integração da conservação e do desenvolvimento; a satisfação das necessidades básicas humanas; o alcance de equidade e justiça social; a provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural; a manutenção da integração ecológica.

O desenvolvimento sustentável deve ser uma consequência do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental (BARBOSA, 2008), não dissociados, mas sim interligados(Figura 1):

Figura1 – Desenho esquemático relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável.



Na Conferência “Rio-92”³ firmou-se o conceito de Desenvolvimento Sustentável contido na Agenda 21⁴ e incorporado em outras agendas mundiais de

² Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Permitiu a elaboração da Carta de Ottawa que é um documento apresentado na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizado em Ottawa, Canadá, em novembro de 1986. Trata-se de uma Carta de Intenções que busca contribuir com as políticas de saúde em todos os países, de forma equânime e universal.

³ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, Cúpula da Terra, Cimeira do Verão, Conferência do Rio de Janeiro e Rio 92, foi uma conferência de chefes de estado organizada pelas Nações Unidas e realizada de 3 a 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Seu objetivo foi debater os problemas ambientais mundiais.

⁴ A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. É um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais.

desenvolvimento e de direitos humanos (BARBOSA, 2008), mas o conceito ainda está em construção. Outro documento importante escrito na “Rio 92”, com uma grande participação de organizações não governamentais e representantes da sociedade civil, foi “A Carta da Terra”. A carta trás importantes reflexões sobre a forma de comportamento do ser humano e as relações sociais:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (A Carta da Terra 2002).

Além da Conferência “Rio- 92” foram organizadas outras conferências mundiais como a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, realizada dez anos mais tarde, na África do Sul. Após um retrospecto sobre os dez anos que se passaram entre a Conferência do Rio e a da África do Sul, destaca-se que muitas foram as frustrações quanto as perspectivas positivas da Rio-92, mas o que avançou foi o reconhecimento do desenvolvimento sustentável como uma possível e aceitável solução para os problemas ambientais e sociais enfrentados pelo mundo.

No dia 14 de março de 2000, a Carta da Terra foi aprovada na Unesco, em Paris, após inúmeras discussões entre 46 países de vários continentes, sendo assumida oficialmente em 2003. Aquela se apresenta com o mesmo valor de punição aos agressores da Terra, em qualquer parte do mundo (BOFF, 2013). Para Gadotti (2008) a Carta da terra possui um amplo potencial educativo de mediação de conflitos entre civilizações por meio do resgate de pontos comuns para a humanidade a partir da própria civilização humana.

O desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Esse desenvolvimento deverá ser pautado em políticas públicas que se interliguem e que contribuam para beneficiar não apenas

interesses próprios e para a menor parte da população, mas sim interesses comuns que tragam efeitos positivos para grande parcela da população melhorando o convívio social, os índices econômicos, e a relação com a natureza.

Veiga (2010), fala que mediante a assimilação do discurso de DS pela sociedade, encontra-se a possibilidade da adoção de medidas que venham efetivamente a mudar o rumo do desenvolvimento, levando-o da jaula do crescimento econômico material para a liberdade do desenvolvimento humano, enquanto ampliação das oportunidades (SEN, 2000).

A definição de sustentabilidade, assim como a de desenvolvimento sustentável é muito complexa, sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema.

Sachs (1993) descreve sustentabilidade como:

Sustentabilidade ecológica – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados as atividades produtivas.

Sustentabilidade ambiental – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.

Sustentabilidade social – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.

Sustentabilidade política – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.

Sustentabilidade econômica – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macro sociais. (SACHS, 1993, pag. 37)

É pertinente nos perguntarmos se as três dimensões (econômica, ambiental e social) da sustentabilidade são suficientes, e qual o seu significado. A primeira dimensão do desenvolvimento sustentável normalmente citada é a ambiental. Ela supõe que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural. Trata-se, portanto, de produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua autorreparação ou capacidade de resiliência. A segunda dimensão, a

econômica, supõe o aumento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais, com destaque para recursos permissivos como as fontes fósseis de energia e os recursos delicados e mal distribuídos, como a água e os minerais. Trata-se daquilo que alguns denominam como ecoeficiência, que supõe uma contínua inovação tecnológica que nos leve a sair do ciclo fóssil de energia (carvão, petróleo e gás) e a ampliar a desmaterialização da economia. A terceira e última dimensão é a social. Uma sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros. Isso significa erradicar a pobreza e definir o padrão de desigualdade aceitável, delimitando limites mínimos e máximos de acesso a bens materiais. Em resumo, implantar a velha e desejável justiça social (NASCIMENTO, 2012).

Segundo Mendes (2009) as dimensões da sustentabilidade estão extremamente interligadas. Na sociedade as dimensões social, cultural e psicológica são responsáveis pela mudança de comportamento dos indivíduos. Estas, por sua vez, são fortemente influenciadas pela dimensão política, caracterizada principalmente, pelos jogos de poder e pela dimensão econômica, tendo em vista o paradigma de consumo e trabalho imposto pela sociedade capitalista, os quais afetam a dimensão espacial. A dimensão ecológica aparece devido aos impactos negativos que estão levando os ecossistemas a desequilíbrios preocupantes com relação à manutenção da vida na Terra, as quais por sua vez, são afetadas pelo *modus vivendi* do ser humano, ou seja, pelas outras dimensões.

A revisão da construção do conceito de desenvolvimento sustentável desemboca na formulação de parâmetros necessários para o alcance deste, o que promoveria o ataque direto à degradação ambiental e à pobreza, e garantiria a distribuição equânime dos resultados da evolução do homem, proporcionando uma qualidade de vida adequada para todos, sem distinção, e com respeito à diversidade cultural (CHACON, 2007).

Neste contexto, situamos o conceito de desenvolvimento sustentável social para refletirmos sobre a violência, considerando que é condição para pensarmos em políticas de combate à violência.

A violência tornou-se um indicador negativo da qualidade de vida no país, tanto nos espaços rurais como nas regiões urbanas. Neste sentido, combater a

violência contra a mulher é condição para que a sustentabilidade social aconteça (NJAINÉ et al, 2009).

Desenvolvimento sustentável é aquele que melhora a qualidade da vida do homem na Terra ao mesmo tempo em que respeita a capacidade de produção dos ecossistemas nos quais vivemos (MIKHAILOVA, 2004).

Sustentabilidade para Simão et al (2010) é uma nova forma de pensar e de agir das pessoas em sua busca. Nesse sentido, esforços são despendidos para alcançá-la. Trata-se de um fenômeno complexo que não permite segregação, e sim, compreensão.

Gadotti (2008) convida novamente transitar a discussão do termo sustentável centrado no ser humano com a expressão, ainda em evolução, de “desenvolvimento humano”. Reconhece a inserção humana para a responsabilidade central de promover uma sociedade equitativa e participativa. Pois, o que está em causa no desenvolvimento humano sustentável é a compreensão das interligações entre as escolhas temporais das diferentes gerações e a atribuição de direitos, simultaneamente, às gerações presentes e futuras.

A ética do desenvolvimento sustentável deve ser a ética do encontro, de enfatizar a necessidade de difundir claramente a real motivação para que se cuide da Terra e de todos os seres vivos, e especialmente do ser humano. Isto é, a necessidade de superação da visão utilitarista e simplista que comandou o progresso da civilização moderna, e a adoção de uma visão ampliada que permita uma mudança essencial de atitude: o homem se vendo como parte de uma espécie, dialogando, com mútua responsabilidade por cada um e por todos e pelo lugar que habita, com respeito à alteridade e à vulnerabilidade de cada ser (CHACON, 2007).

É este o desafio a que nos lançamos: construir, em nossa sociedade, uma Cultura de Paz. Trabalhar na educação, na construção solidária de uma nova sociedade, onde o respeito aos direitos humanos e à diversidade se traduzam concretamente na vida de cada cidadão, onde haja espaço para a pluralidade e a vida possa ser vivida sem violência. Cabe lembrar que não se pode pensar que esse desafio seja um sonho ou que estejamos propondo construir a utopia (DISKIN & ROIZMAN, 2002).

Essas dimensões da sustentabilidade estão intimamente interligadas. Na sociedade a dimensão social é responsável pela mudança de comportamento dos indivíduos, que por sua vez, está influenciada diretamente pela dimensão política,

caracterizada principalmente, pelos jogos de poder e pela dimensão econômica, tendo em vista o paradigma de consumo e trabalho imposto pela sociedade capitalista. As dimensões ecológica e ambiental aparecem devido aos impactos negativos de desequilíbrios à manutenção da vida na terra, afetando o modo de viver do ser humano, ou seja, afetando as outras dimensões.

Para Lourenço & Carvalho (2013) debater o conceito de sustentabilidade social é sublinhar à importância, em igual peso, das dimensões econômicas e ambientais de desenvolvimento sustentável. Contudo, trazer a tona essa discussão sobre a dimensão social é relevante, pois esta é a mais negligenciada.

O desenvolvimento sustentável procura a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes do mundo sem aumentar o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra. Enquanto o desenvolvimento sustentável pode requerer ações distintas em cada região do mundo, os esforços para construir um modo de vida verdadeiramente sustentável requerem a integração de ações, dentre elas: Desenvolvimento Social – Em todo o mundo, pessoas precisam de emprego, alimento, educação, energia, serviço de saúde, água e saneamento. Enquanto discutem-se tais necessidades, a comunidade mundial deve também assegurar que a rica matriz de diversidade cultural e social e os direitos trabalhistas sejam respeitados, e que todos os Desenvolvimento Social – Em todo o mundo, pessoas precisam de emprego, alimento, educação, energia, serviço de saúde, água e saneamento. Enquanto discutem-se tais necessidades, a comunidade mundial deve também assegurar que a rica matriz de diversidade cultural e social e os direitos trabalhistas sejam respeitados, e que todos os membros da sociedade estejam capacitados a participar na determinação de seus futuros. (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo 2002) (MIKHAILOVA, 2004).

Devem ser vistos como um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável e não como um fim em si mesmo. A dimensão social corresponde, especialmente, aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. Os indicadores abrangem os temas população; trabalho e rendimento; saúde; educação; habitação e segurança. Eles procuram retratar o nível educacional, a distribuição da renda, as questões ligadas à equidade e às condições de vida da população, apontando o sentido de sua evolução recente (IBGE, 2012).

Na discussão de sustentabilidade social a participação social é uma temática relevante, visto que a participação é um indicador de liberdades democráticas, de equidade nas decisões, e também um elemento decisivo na potencialização dos esforços produtivos. O conceito de sustentabilidade social precisa evoluir com base em critérios mais modernos de empoderamento e governança (FOLADORI, 2002).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Qualidade de Vida – QV foi definida como “a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (SEIL & ZANNON, 2004).

Atualmente os conceitos mais aceitos de qualidade de vida buscam dar conta de uma multiplicidade de dimensões discutidas nas chamadas abordagens gerais ou holísticas. O principal exemplo que pode ser citado é o conceito preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no qual qualidade de vida reflete a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas ou, ainda, que lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a auto-realização, com independência de seu estado de saúde físico ou das condições sociais e econômicas (PEREIRA et al, 2012).

CAPÍTULO 4

O CAMINHO PERCORRIDO: PASSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Esse capítulo contextualiza o território escolhido para o estudo, bem como suas particularidades e o *lôcus* do estudo. Além disso, refere-se ao tipo de estudo e a abordagem escolhida, o período de delineamento, a seleção dos participantes envolvidos, o método de análise apropriado para apresentação dos achados junto com as inferências de estudos de outros autores, bem como os aspectos éticos e legais assumidos.

O capítulo trata-se da descrição dos passos percorridos para a obtenção dos objetivos propostos.

4.1 Território e período da pesquisa

Os dados foram coletados no Centro de Referência de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência do município de Crato/CE, que faz parte da rede de assistência de mulheres vítimas de violência, no período de janeiro e fevereiro do ano de 2017.

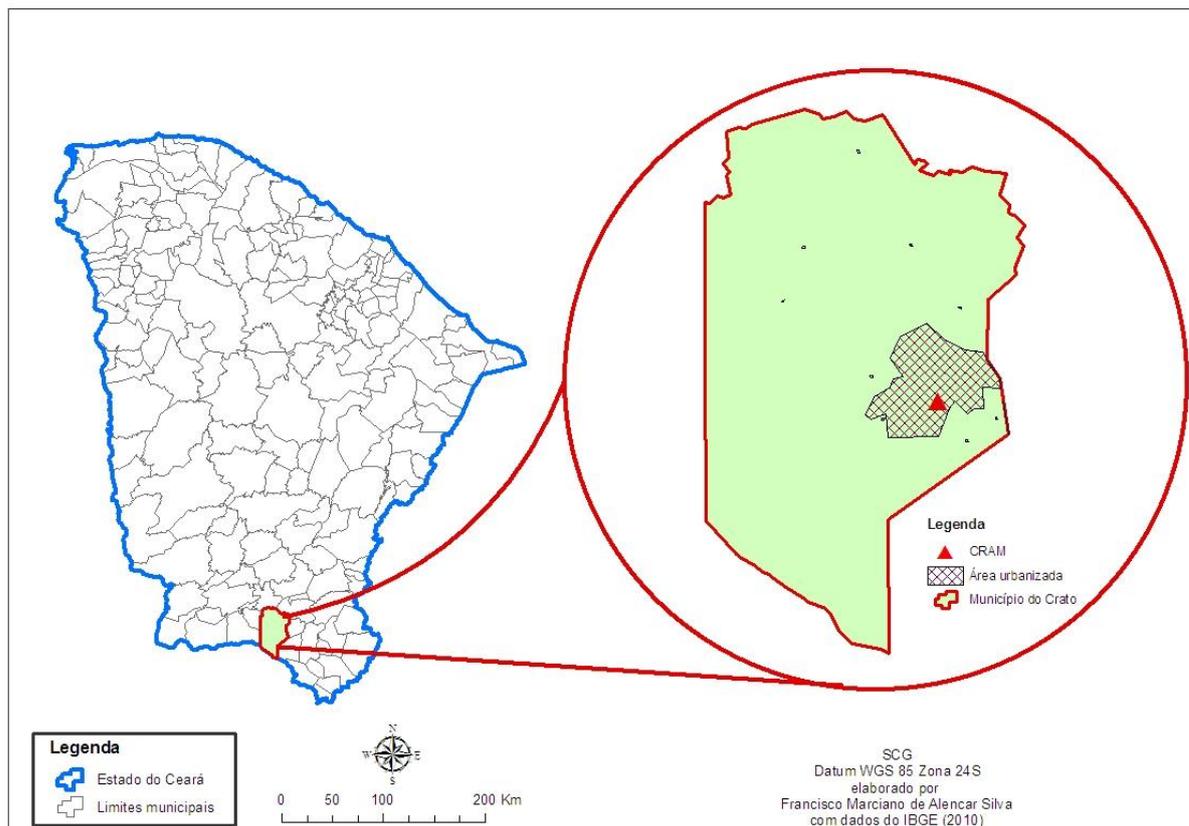
Figura 2 – Mapa do Brasil com a Localização do Ceará



Fonte: IPECE ([http://guiace.com.br/termo/dados-do-ceara](http://guiace.com.br/termo/dados-do-ceara;); <http://mapas.ipece.gov.br>)

O Estado do Ceará está localizado na região Nordeste do Brasil, com uma população de 8.452.381 habitantes, limitando-se ao Norte com o Oceano Atlântico; ao Sul com o Estado de Pernambuco; a Leste com os Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba e a Oeste com o Estado do Piauí (IBGE, 2010).

Figura 3 – Mapa do Ceará com a localização do Crato e do CRAM



Fonte: Francisco Marciano de Alencar Silva

O município do Crato/CE, localizado na Região Metropolitana do Cariri – RMC, conhecido por muitos como “Oásis do Sertão”, no extremo sul do estado do Ceará, a 560 Km da capital Fortaleza/CE é a segunda cidade mais importante do Cariri em termos econômicos e possui uma população de 121.428 habitantes (IBGE, 2010).

Institucionalizada em 2009, por meio da edição da Lei Estadual Nº 78, a RMC foi idealizada com o propósito de instigar o desenvolvimento socioeconômico e cultural a partir de investimentos públicos e privados de forma compartilhada com a capital do Estado. Fazem parte da RMC os municípios de Juazeiro do Norte, Barbalha, Crato, Santana do Cariri, Nova Olinda, Farias Brito, Caririçu, Missão

Velha e Jardim, perfazendo uma área de 5.025,655 km², com 556.260 habitantes (CHACON, BARRETO, NASCIMENTO, 2013).

A escolha do município de Crato/CE deu-se em virtude dos elevados índices de violência contra a mulher registrados fornecidos pelo SINAN (78 casos em 2015, e 58 casos em 2016) e pela DDM de Crato/CE (926 casos no ano de 2015). Assim como, pela repercussão midiática do elevado índice de casos no referido município.

No município do Crato/CE encontramos uma Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher articulada e composta por variados equipamentos que se propõem a oferecer assistência, dentre os quais podemos citar a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), o Juizado Especializado da Mulher, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense (CMDMC), o Observatório de Violência Domiciliar e Familiar, a Secretaria de Trabalhadores Rurais, a Federação dos Trabalhadores Rurais, e os Movimentos Sociais de Mulheres.

Os Centros de Referência de Atendimento a Mulher são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer o papel de articuladores dos serviços organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero (BRASIL, 2006).

Portanto, a pesquisa foi um estudo de caso realizado no Centro de Referência de Atendimento a Mulher do município de Crato/CE, e segundo Yin (2005), o estudo de caso pode ser tratado como importante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances difíceis de serem enxergadas “a olho nu”. Além disso, o estudo de caso favorece uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos.

4.2 Tipo de estudo e abordagem

O estudo foi do tipo exploratório descritivo por melhor atender aos objetivos propostos ao oferecer dados importantes sobre o tema em questão e descrever as

características do objeto em estudo. Gil (2009) afirma que esse tipo de pesquisa tem o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de um determinado fato.

A abordagem foi de natureza qualitativa visto que, de acordo com Minayo (2014) a pesquisa qualitativa permite compreender as peculiaridades de uma determinada população ou fenômeno social, buscando aprofundamento a partir da perspectiva dos informantes, sujeitos do estudo.

4.3 Participantes do estudo

A população do estudo foi constituída pela equipe técnica dos profissionais que compõem a equipe multidisciplinar no Centro de Referência de Atendimento a Mulher – CRAM do município de Crato/CE. A escolha desses participantes se deu em virtude destes prestarem a assistência direta às mulheres, bem como estarem envolvidos e conhecerem as políticas públicas de combate à violência contra a mulher. E, sobretudo, por realizarem o acompanhamento contínuo às mulheres violentadas desde os estágios de maior vulnerabilidade até a possível promoção de resiliência.

Tivemos como critério de inclusão: os profissionais que aceitem participar da pesquisa. E como critério de exclusão: profissionais que se recusem a participar da pesquisa.

Atendendo aos critérios de inclusão e exclusão, tivemos uma aceitação unânime para participação, visto que os profissionais quando orientados sobre a temática do estudo compreenderam que a discussão iria permitir maior visibilidade das ações desenvolvidas por esse serviço, bem como traria maior visibilidade na correlação entre ações de combate a violência contra a mulher e a promoção da sustentabilidade social.

Logo, a amostra de participantes foi composta por todos os profissionais que faziam parte da equipe de técnica do CRAM, totalizando assim seis profissionais: uma advogada, uma psicóloga, uma educadora social e três assistentes sociais.

Todas as entrevistas foram agendadas e realizadas conforme a disponibilidade dos profissionais permitindo assim, a participação de todos os indivíduos da amostra.

4.4 Instrumentos e procedimentos para coletas de dados

Para início da coleta de dados foi solicitada a autorização e consentimento, por meio de um instrumento formal, ao Coordenador (a) do Centro de Referência de Atendimento a Mulher – CRAM do município do Crato/CE (APÊNDICE A). Em seguida, foi realizada uma visita ao lócus em estudo, a fim de conhecer de forma mais aprofundada os documentos que regem o funcionamento, as normas e rotinas da instituição. Posteriormente foi agendada a data de coleta dos dados, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2017, conforme a disponibilidade de tempo dos participantes em estudo.

O objeto da análise foi a percepção dos participantes de estudo (profissionais) acerca da sustentabilidade social que possa ser gerada pela aplicabilidade das ações implementadas pelas políticas públicas de combate a violência contra a mulher no Centro de Referência de Atendimento a Mulher.

Para a obtenção dos dados, utilizamos como instrumento um roteiro de entrevista semi-estruturada com todos profissionais envolvidos no processo para que houvesse o direcionamento das perguntas a serem abordadas, obedecendo a um roteiro de questões a ser utilizado pelo pesquisador (MINAYO, 2014).

A entrevista privilegia a fala dos atores sociais, e permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante (FRASER; GONDIM, 2004).

A entrevista foi realizada pela pesquisadora com uso de um gravador portátil de alta resolução. O tempo de gravação de cada entrevista variou entre 20 minutos e 1 hora.

Para registros dos dados, além da gravação das falas, foi utilizado um diário de campo que permitiu o registro dia por dia do que o investigador observava e que não era objeto de nenhuma modalidade da entrevista, como impressões pessoais, resultados de conversas informais, observações de comportamentos contraditórios com as falas, dentre outros aspectos (MINAYO, 2014).

E em paralelo, foi realizada a observação não-participante onde o pesquisador entrou em contato com a realidade estudada sem integrar-se a ela, agindo como espectador com caráter sistemático (MARCONI & LAKATOS, 2010).

Posteriormente todas as falas foram transcritas na íntegra, e como forma de garantir o anonimato dos participantes atribuiu-se a cada um o nome de uma pedra preciosa, enfatizando assim a preciosidade dos dados coletados.

4.5 Análise e discussão de dados

Os dados foram analisados conforme era realizada a coleta, nos meses de janeiro e fevereiro de 2017, mediante a análise do conteúdo dos dados obtidos com luz na literatura existente. Segundo Bardin (2011) a análise de conteúdo leva em consideração as significações (conteúdos), eventualmente a sua forma e a distribuição desses conteúdos e formas procurando conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolvendo o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito, retido por qualquer mensagem.

Assim, o objetivo da análise de conteúdo é produzir inferências, ou seja, de comparar dados da mensagem emitida com um suporte teórico de várias concepções de mundo (RICHARDSON et al, 2011).

Para Minayo (2014), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. Na visão da autora, constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções: verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Tais funções podem ser complementares, com aplicação tanto em pesquisas qualitativas como quantitativas.

Diante dessa diversificação e também aproximação terminológica, optou-se por elencar as etapas da técnica segundo Bardin (2011), o qual as organiza em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise foi a fase em que se organizou o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Tratou-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que foi o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consistiu na demarcação do que seria analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referência dos índices e elaboração de indicadores, que envolveu a

determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (BARDIN, 2011).

A exploração do material constituiu a segunda fase, se deu através da exploração do material com a definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro (unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e à contagem frequencial) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro). A exploração do material consistiu numa etapa importante, porque possibilitou as interpretações e inferências. Foi a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização foram básicas nesta fase (BARDIN, 2011).

A terceira fase tratou dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa foi destinada ao tratamento dos resultados; ocorreu nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; foi o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2011).

A análise dos dados pretendeu favorecer um olhar diferenciado sobre a importância de serem analisadas questões referentes às políticas públicas de combate a violência contra a mulher. E possibilitou a discussão dos resultados juntos a Rede de Assistência das Mulheres Vítimas de Violência, acerca da importância que as ações desenvolvidas pelas políticas públicas trazem para a sociedade.

4.6 Aspectos éticos e legais do estudo

Em relação aos aspectos éticos para a realização da pesquisa foram consideradas as determinações contidas na Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012), proporcionando aos sujeitos a garantia do sigilo e da privacidade quanto aos dados obtidos, bem como a garantia de esclarecimentos acerca da pesquisa e/ou a liberdade de se recusar a participar do estudo.

Assim, submeteu-se o projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Regional do Cariri – URCA, para a apreciação do processo metodológico. O processo de número 1.889.662 foi deferido, com parecer aprovado para realização do estudo (ANEXO A).

Mediante aprovação do referido Comitê, enviou-se ofícios para ao Coordenador (a) do Centro de Referência de Atendimento a Mulher – CRAM do município do Crato/CE (APÊNDICE A). Em posse dessa autorização, iniciou-se a coleta de dados, combinando com os profissionais a serem entrevistados, o melhor horário e local para essa entrevista.

A participação dos sujeitos ficou condicionada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B). Para garantir assim, o anonimato, a liberdade de participar ou de desistir em qualquer momento. Utilizamos nomes de pedras preciosas para nomear os sujeitos do estudo.

CAPÍTULO 5

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SUSTENTABILIDADE SOCIAL

O capítulo em questão trata-se dos resultados obtidos com a pesquisa. Apresenta-se com a caracterização dos participantes e em seguida com as categorias temáticas que surgiram do conteúdo dos discursos obtidos nas entrevistas.

Em cada tópico explorou-se a correlação entre os discursos dos participantes e a inferência de teóricos. Assim, pôde-se fazer jus aos questionamentos e responder os objetivos propostos pelo estudo.

5.1 Caracterização dos participantes do estudo

Para a compreensão dos resultados obtidos, traz-se inicialmente uma caracterização dos participantes do estudo, embasando a descrição realizada e situando o leitor, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – caracterização dos participantes

Pseudônimo	Idade	Sexo	Formação profissional	Função que exerce	Tempo de experiência com a temática	Foi capacitado
Rubi	41a	F	Serviço social	Coordenadora do CRAM	1a 4m	Sim
Cristal	27a	F	Serviço social	Assistente social	4m	Sim
Safira	48a	F	Nível superior incompleto	Educadora social	6m	Sim
Esmeralda	33a	F	Psicologia	Psicóloga	5m	Sim
Topázio	29a	F	Direito	Advogada	3m	Sim
Ametista	26a	F	Serviço social	Assistente social	1a4m	Não

Fonte: a autora, 2017.

A idade dos participantes variou entre 26 anos e 48 anos, com uma média de 34 anos. Quanto à graduação prevaleceu a formação em Serviço Social, contudo, conforme preconizado pela norma técnica de funcionamento, a equipe é formada de forma multiprofissional. Logo, o Centro de Referência de Atendimento do Crato/CE tem na sua composição: - assistente social: 03 (02 na assistência; 01 na coordenação); - psicóloga: 01 (assistência); - advogada: 01 (assistência); - educadora social: 01 (assistência).

Segundo os protocolos normativos nacionais, os Centros de Referência são espaços de acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que proporcione o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania, devendo para tanto, serem formados por uma equipe multiprofissional (BRASIL, 2006).

Com relação ao sexo todas as participantes que compõem a equipe técnica de profissionais, e que fizeram parte do estudo, são do sexo feminino. Este fato, na visão dos profissionais, torna o atendimento mais humanizado.

No estudo realizado por Lima et al (2011) foi observado que a maioria dos profissionais que atendiam as mulheres eram do sexo feminino. Vale ressaltar que foi encontrada associação estatisticamente significativa entre identificar ou suspeitar de casos, profissional do sexo feminino, profissional que possuía filhos; esses achados sugerem aproximação feminina com o fenômeno da violência sexual.

Diante do estudo realizado, identificamos que o CRAM em estudo segue a norma de funcionamento nacional no que diz respeito à composição de equipe multiprofissional, e apresenta equipe técnica composta apenas por profissionais do sexo feminino, favorecendo assim uma assistência mais resolutiva e humanizada, conforme autores acima citados.

Acerca do tempo de experiência das participantes houve uma variação entre três meses a um ano e quatro meses. Os profissionais que apresentam maior experiência são aqueles que estão no serviço desde a sua implantação. Os outros profissionais são recém-chegados no serviço e não tinham experiência anterior em trabalhos com mulheres vítimas de violência.

Com relação a capacitação, a grande maioria capacita-se por iniciativa própria (busca de leitura, troca de experiência, participação de eventos). Muitos profissionais

entram no serviço sem nenhuma experiência com a temática. Sendo importante que fossem inicialmente capacitados, para somente após isso iniciarem os atendimentos.

O estudo de Lima et al (2011) também mostra que entre os fatores positivos apontados para a identificação da violência, destaca-se a experiência profissional (tempo de atuação), pela maior convivência, formação de vínculos, comunicação e confiança. Nesta pesquisa foi encontrada associação significativa entre identificar ou suspeitar de casos e o tempo de atuação profissional.

Segundo Bedone e Faúndes (2007) as instituições devem se organizar para oferecer atendimento sistematizado. Tanto quanto realizar um atendimento humano e de qualidade é sua obrigação colaborar, juntamente com todos os demais setores, para a prevenção deste crime e de suas consequências. Quanto mais profissionais estiverem capacitados para realizar o atendimento, melhores serão as condições de se oferecer uma atenção digna e desburocratizada.

Foi possível identificarmos que no serviço em questão existe a fragilidade de não existir como rotina de admissão, a qualificação da equipe técnica, sobretudo para os profissionais que nunca trabalharam com a temática de violência contra a mulher. Isto propicia, conforme citado pelos autores acima, possíveis dificuldades para a prestação de um atendimento de qualidade.

5.2 Categorias temáticas

Os dados obtidos a partir das questões norteadoras do estudo foram analisados e discutidos sob a forma de categorias temáticas, opção escolhida e adequada ao percurso metodológico e ao tipo de pesquisa escolhida. Nesse sentido, emergiram quatro categorias e duas subcategorias com a análise do conteúdo do discurso dos participantes. O quadro 2 apresenta a denominação das categorias e subcategorias.

Quadro 2 – Categorias e subcategorias emergidas através do conteúdo dos discursos dos participantes

Ordem	Nome da Categoria	Nome da Subcategoria
<i>Categoria 1</i>	<i>Concepção da relação entre as ações desenvolvidas no Centro de Referência da Mulher e a sustentabilidade social</i>	<i>Funcionalidade do Centro de Referência da Mulher</i> <i>Estruturação da rede de assistência vinculada ao Centro de Referência da Mulher</i>
<i>Categoria 2</i>	<i>Facilidades / Dificuldades dos profissionais do Centro de Referência da Mulher para o desenvolvimento das ações</i>	<i>Ações de apoio as mulheres vítimas de violência</i>
<i>Categoria 3</i>	<i>Impactos advindos do desenvolvimento das ações do Centro de Referência da Mulher</i>	<i>Repercussão na vida e na rede de atendimento</i>
<i>Categoria 4</i>	<i>Reflexão sobre violência contra a mulher, sustentabilidade social, cultura de paz e qualidade de vida</i>	—

5.2.1 Categoria 1 – Concepção da relação entre as ações desenvolvidas no Centro de Referência da Mulher e a promoção da sustentabilidade social

Na categoria sobre concepção da relação entre as ações desenvolvidas no Centro de Referência da Mulher e a promoção da sustentabilidade social, percebemos, inicialmente, a preocupação por parte dos participantes em estarem

desenvolvendo ações que pudessem trazer repercussões positivas na vida das mulheres atendidas.

Este trabalho dos profissionais segue o preconizado no documento Brasil (2011) onde traz que serviços que atendem exclusivamente a mulheres e que possuem expertise no tema da violência contra as mulheres, como os Centros Especializados de Atendimento à Mulher em situação de violência, que devem ser espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, e devem proporcionar o atendimento e o acolhimento necessários à superação de situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania.

Através da análise dos dados obtidos no estudo, na presente categoria emergiram duas subcategorias, apresentadas a seguir: *Funcionalidade do Centro de Referência de Atendimento a Mulher; Estruturação da rede de assistência vinculada ao Centro de Referência de Atendimento a Mulher.*

5.2.1.1 Subcategoria 1 – Funcionalidade do Centro de Referência de Atendimento a Mulher

Essa subcategoria teve seu embasamento nas observações e nas anotações do diário de campo que fizeram parte dos instrumentos de coleta de dados. O estudo não tem como objetivo fiscalizar, censurar ou punir as ações desenvolvidas pelo Centro de Referência de Atendimento a Mulher do Crato/CE, mas apenas promover uma discussão e reflexões sobre as ações implementadas pela política que rege o CRAM.

O serviço ofertado pelo CRAM é novo, funciona nas dependências de um bom prédio, ambiente limpo e higienizado, e com disponibilidade de acesso a internet.

Constatamos ser um órgão executor de políticas públicas de combate à violência contra a mulher, de nível municipal. Funciona como uma porta de entrada para as mulheres que adentram na rede pela primeira vez, e também como um setor para receber encaminhamentos de outros segmentos da rede.

Segundo as participantes do estudo, apresenta resolutividade limitada, porque depende da intersetorialidade com outros segmentos da rede, bem como e da necessidade de uma rede fortalecida que permita um desfecho satisfatório para os casos de violência.

É importante considerar que a violência é uma situação de vida, com toda a complexidade que isso implica. O fortalecimento da intersectorialidade e das ações coletivas, assim como o enfoque sob a perspectiva de gênero para o reconhecimento das necessidades que as mulheres portam são fundamentais para a superação da impotência referida pelos profissionais em lidar com situações que envolvem violência (GUEDES et al, 2013).

As participantes do estudo relataram que o serviço já avançou muito. Apontaram que o trabalho desenvolvido por este CRAM segue o Manual Uniformizado dos CRAM e que suas fichas são padronizadas e personalizadas. Enfatizam que são utilizados prontuários para registro de dados. E que os prontuários permitem o acompanhamento continuado e multiprofissional. Relatam que as mulheres são esclarecidas sobre manter ou parar o acompanhamento a qualquer momento. E que os profissionais procuram não fazer julgamento das mulheres e das situações vivenciadas por elas. Procuram se posicionar em defesa da mulher, sem culpabilizá-las, e prestando uma assistência multiprofissional desprovida de preconceitos.

As falas ilustram:

“[...] nosso serviço já se modificou muito desde que foi implantado.” (ESMERALDA)

“[...] seguimos o manual de Norma Técnica Uniformizada dos Centros de Referência preconizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. As fichas e prontuários foram adaptados [...]” (AMETISTA)

“[...] tentamos manter uma boa comunicação com os outros segmentos da rede que existem no município.” (RUBI)

Contudo, diante de nossa análise verificamos que o CRAM em estudo não consegue manter uma boa articulação a nível municipal com os demais segmentos que compõem a rede de enfrentamento da violência contra mulheres. Assim como, não consegue acompanhar de forma contínua os casos atendidos por não possuir formulários que assegurem aos profissionais dados de referência e contra-referência dos atendimentos.

Segundo a literatura, existem dados nacionais que apontam que avanços foram alcançados na prevenção e combate à violência contra as mulheres com a implantação dos Centros de Referência, porém o desafio que ora se apresenta é

que esse equipamento, bem como os demais equipamentos que compõem a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência atuem efetivamente de forma a consolidar a implementação de uma política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, sendo necessário, dentre outras ações, para que se alcance esse fim: padronização de diretrizes e procedimentos de funcionamento desse serviço; elaboração de fluxos de atendimento integrado pelas redes locais de atendimento à mulher em situação de violência; institucionalização da rede de atendimento à mulher em situação de violência por meio da formalização dos instrumentos pactuados, como protocolos, por exemplo; qualificação sistemática dos profissionais que atuam na Rede; desenvolvimento de mecanismos de gestão e avaliação dos serviços da Rede; realização de encontros com os serviços da Rede para supervisão, acompanhamento e avaliação dos casos atendidos (BRASIL, 2006).

Assim, diante da importância dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência e da ausência de padronização dos procedimentos de seu funcionamento, o que é fundamental para que se assegure a qualidade do serviço e para que possam produzir dados e informações comparáveis ou equivalentes, em busca de monitoramento e de subsídios constante para a manutenção e reformulação das políticas públicas de atendimento à mulher, faz-se necessário a elaboração de norma técnica que estabeleça, em âmbito nacional, diretrizes, atribuições e padrões gerais de funcionamento desse equipamento da Rede de Atendimento (BRASIL, 2006).

O estudo nos permitiu verificar que na realidade deste CRAM ainda existem grandes desafios a serem superados. Como a criação de fluxos uniformizados de atendimentos às mulheres, a formalização e padronização dos instrumentos utilizados na rede, a criação de mecanismos de avaliação da rede, bem como do monitoramento da qualidade do serviço prestado às mulheres.

Segundo as participantes, o CRAM de Crato/CE tem como filosofia a preservação da integridade das mulheres, e se orienta na prestação de um acolhimento com qualidade. Relatam que o serviço é fruto de uma luta das conselheiras, e que mantêm parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense (CMDMC). Apontam também, que muitas ações são realizadas em parceria com CREAS (quando a agressão já aconteceu) e CRAS (trabalho preventivo), que fazem atividades itinerantes, e lutam no combate a não-naturalização da violência.

As falas ilustram:

“[...] realizamos ações nas escolas, [...] no CRAS.” (TOPÁZIO)

“[...] sempre que somos convidadas comparecemos aos eventos.” (SAFIRA)

De acordo com os depoimentos verificamos que muitas ações se limitam a eventos pontuais, de baixa resolutividade. Não existindo busca ativa das mulheres em situação de violência, nem tão pouco a formação de grupos que propiciem o fortalecimento dessas mulheres. Fato esse que compromete a realização de um atendimento de qualidade.

Segundo Novelino & Tavares (2013) o atendimento em um Centro de Referência, em geral, segue o seguinte fluxo: recepção, acolhimento ou primeiro atendimento, atendimento feito por assistente social, atendimento feito por psicóloga, atendimento feito por advogada. Ao final, se necessário, se efetivam os encaminhamentos aos entes das Redes de Proteção e de Enfrentamento. As mulheres chegam aos Centros por demanda espontânea ou encaminhadas por órgãos da assistência social, da saúde, da educação ou ainda pelas delegacias civis ou pelo judiciário. Os Centros produzem material informativo e têm estratégias de distribuição desse material. O acolhimento é o primeiro contato das mulheres com o Centro. Quem recebe deve fazer a escuta sem julgamentos de valor e, quanto mais informação conseguir, melhor essa mulher poderá ser atendida no que diz respeito as suas necessidades imediatas. A busca ativa é o movimento da equipe do Centro de Referência para fora do espaço físico do Centro para ir ao encontro a mulheres em situação de violência. Há diferentes modos de identificação dessas mulheres bem como da intervenção realizada.

Além dos atendimentos individuais, são organizados grupos de usuárias do Centro para discussão e reflexão de questões relacionadas à violência. O propósito de tais grupos é o fortalecimento dessas mulheres pelo compartilhamento de históricos de violência bem como das alternativas que escolheram para sair dessa situação e os problemas enfrentados. Também organizam e participam de atividades de prevenção da violência que são palestras e cursos de capacitação para os quadros dos entes das Redes, de proteção e de enfrentamento.

Sabe-se que a Política Nacional para as mulheres orienta-se pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, principio de equidade, da autonomia das

mulheres, da laicidade do estado, da universalidade das políticas, da justiça social, da transferência dos atos públicos, da participação e controle social.

Assim, segundo essa Política Nacional, as mulheres e homens são iguais em seus direitos; o acesso de todas as pessoas aos direitos universais deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos historicamente discriminados; deve ser assegurado às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas e corpos, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país; as políticas públicas do Estado devem ser formuladas e implementadas de maneira independente de princípios religiosos, de forma a assegurar efetivamente os direitos consagrados na Constituição Federal e nos diversos instrumentos intencionais assinados e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos direitos Humanos das mulheres e meninas; as políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais, e ambientais para todas as mulheres; entre outros (BRASIL, 2004).

Mediante essa proposta de trabalho de combate a violência contra a mulher de forma integral e multidisciplinar é possível verificarmos que o CRAM de Crato/CE apresenta-se, dentro da rede de proteção à mulher, como um equipamento impulsionador da sustentabilidade social. Contudo, verificamos que ainda existem muitos desafios na funcionalidade do serviço que não favorecem o acompanhamento adequado, a resolutividade dos casos, desrespeitando assim, o conceito de sustentabilidade social.

Segundo Sem (2000) a sustentabilidade social objetiva garantir que todas as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens, serviços de boa qualidade necessários para uma vida digna, pautando-se no desenvolvimento como liberdade, no qual o desenvolvimento deve ser visto como forma de expansão de liberdades substantivas, para tanto, requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

A agenda 2030⁵ – Agenda Universal do Desenvolvimento Sustentável, que traz os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas. Busca assegurar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. Mesclando, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

5.2.1.2 Subcategoria 2 – Estruturação da rede de assistência vinculada ao Centro de Referência de Atendimento a Mulher

Essa subcategoria teve seu embasamento nas falas e observações que também fizeram parte dos instrumentos de coleta de dados, conforme definido no processo metodológico.

Os Centros de Referência são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer o papel de articuladores dos serviços organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero (BRASIL, 2006).

Nessa perspectiva, os Centros de Referência de acolhimento/atendimento devem exercer o papel de articulador das instituições e serviços governamentais e não governamentais que integram a Rede de Atendimento, sendo o acesso natural a esses serviços para as mulheres em situação de vulnerabilidade, em função de qualquer tipo de violência, ocorrida por sua condição de mulher. Os Centros de Referência devem prestar acolhimento permanente às mulheres que necessitem de atendimento, monitorando e acompanhando as ações desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede, instituindo procedimentos de referência. O atendimento deve pautar-se no questionamento das relações de gênero baseadas na dominação e opressão dos homens sobre as mulheres, que têm legitimado e perpetuado, as desigualdades e a violência de gênero (BRASIL, 2006).

⁵ Após mais de três anos de discussão, os líderes de governo e de estado aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Ela busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável.

Segundo a fala de alguns participantes existe uma fragilidade na rede intersetorial do CRAM, observa-se nas falas:

“[...] Hospital não possui equipe multiprofissional para garantir apoio a vítima (assistente social só trabalha 6h por dia)...a delegacia e juizado não funcionam no fim de semana. E o CRM não tem resolutividade isolado [...]” (RUBI)

“A comunicação com a rede é de suma importância [...] acontece entre a saúde, a segurança pública, a assistência social [...] a rede se comunica diariamente.” (RUBI)

“É importante que a gente acolha essas mulheres e dê a contra-referência de como ocorreu a assistência e de todo o trabalho que está sendo efetivado com essa mulher.” (RUBI)

“Nos eventos se envia ofícios, convidamos os parceiros da rede. Contudo, a comunicação é falha e acaba acontecendo a transferência de responsabilidades, porque nenhum setor que ser responsável pelo caso.” (CRISTAL)

De acordo com os depoimentos acima verificamos que os profissionais identificam muitas fragilidades na rede de enfrentamento a violência contra mulheres a nível municipal. A assistência das mulheres ocorre de forma fragmentada, e a inexistência de comunicação repercute de forma negativa nos atendimentos prestados na rede.

Conforme depoimento de uma das participantes existe a transferência de responsabilidades para continuidade do atendimento. Poderíamos questionar se isso acontece porque os profissionais não são capacitados e/ou não se consideram qualificados o suficiente para adentrarem no contexto de enfrentamento à violência contra as mulheres? Ou porque a rede se encontra tão fragmentada que nem mesmo os profissionais que atuam nela conseguem compreender seu fluxo de funcionamento?

Um estudo realizado por Gomes et al (2009) mostra que, por sua magnitude, o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher não pode mais se limitar a ações isoladas, pautadas na linearidade, que por si só não dão conta da complexidade do fenômeno. Fazem-se necessárias ações intersetoriais e interdisciplinares que propiciem o trabalho colaborativo e, dessa forma, a promoção de uma assistência menos passiva. Nessa perspectiva, o enfrentamento da violência exige a articulação efetiva entre diferentes setores: saúde, segurança pública, justiça

e trabalho, assim como requer o envolvimento da sociedade civil organizada em redes integradas de atendimento.

Destacamos que o trato à questão da violência tem impacto decisivo na vida das pessoas. A literatura tem evidenciado por um lado, que essas questões merecem trato especial porque podem constituir ameaça fundamental à própria integridade física e sobrevivência da população. Por outro lado, tem mostrado que ações comunitárias e intersetorias, envolvendo as diversas esferas de poder, podem cessar ou tentar impedir a redução da qualidade de vida e a destruição das redes básicas de interação social que fundamentam o desenvolvimento de uma comunidade (FIÚZA et al, 2011).

A atenção integral às mulheres demanda o uso efetivo de uma ampla rede intersetorial. O simples conhecimento dos recursos de enfrentamento disponíveis é potente para transformar a visão que as mulheres têm a respeito da violência, retirando-as do isolamento e demonstrando quanto o problema é coletivo. Isso se traduz em potência para superar a compreensão que toma a violência como um fenômeno privado e estigmatizante, localizando-a no cenário político e social dos direitos humanos (GUEDES et al, 2013).

Torna-se urgente a articulação intersetorial que coloque as famílias com violência intrafamiliar no centro de um processo autónomo e dinâmico que dê respostas efetivas às particularidades e necessidades de cada família e dos seus elementos, que integre as vítimas e os autores da violência, que cuide da saúde individual e familiar, que proteja, apoie e reabilite e que previna, rompendo ciclos intergeracionais de violência.

As políticas públicas deverão promover relações mais igualitárias entre os gêneros, educar para a igualdade de gênero e cidadania desde a infância, desenvolver condições sociais, educacionais, sanitárias e econômicas condignas, favorecer o respeito dos direitos humanos e consciencializar toda a sociedade para o combate e a denúncia da violência conjugal, elementos essenciais para a prevenção e minimização da violência e das suas consequências. São fundamentais políticas e estratégias que integrem as diversas dimensões que interferem na causalidade da violência em geral e da violência nas relações conjugais em particular, que favoreçam mudanças nas atitudes e nos comportamentos das mulheres e dos homens, das vítimas e dos agressores, e que os integrem e reabilitem. Consideramos que, desta forma, em intervenção multidisciplinar e

articulação multissetorial, serão favorecidas melhorias consistentes e duradouras a curto, a médio e a longo prazo para que as sociedades, nomeadamente as famílias, se recriem e caminhem no sentido da igualdade entre os géneros, da dignidade humana, da saúde, do bem estar e da paz (CALVINHO & RAMOS, 2014).

Outros participantes falam que o CRAM precisa de parcerias, e de uma rede estruturada para desenvolver suas ações, conforme ilustram as falas:

“A rede tem o Pronto Atendimento Médico – PAM lotado para psicoterapia.”
(ESMERALDA)

“[...] nossa grande dificuldade é com a saúde. Quando as mulheres precisam de medicamentos [...]. Já foi explicado várias vezes aos responsáveis na saúde da necessidade da parceria, mas dizem que não têm como inserir na rede.”
(AMETISTA)

“Identificamos um pequena notificação de casos de violência pelas Unidades Básicas de Saúde – UBS, que deveriam referenciar mais.” (RUBI)

“Na delegacia o atendimento acontece de ser realizado por homens [...] dificultando o trabalho [...] preconceito e falas machistas que intimidam as mulheres.” (TOPÁZIO)

Observamos nos depoimentos das participantes a angústia de identificarem a desestruturação da rede de enfrentamento à violência. A dificuldade de dialogarem com segmentos que deveriam, também, estarem comprometidos com esta problemática. Bem como, com a realidade do atendimento realizados por homens, pautando-se na cultura machista e na desigualdade de gênero.

Diante disso verificamos que é gritante a necessidade de ampliarmos as discussões sobre a problemática de enfrentamento a violência contra mulheres em todos os segmentos sociais, e nos diversos setores que compõem a rede para que todos se enxerguem como corresponsáveis dentro desta rede intersetorial.

No enfrentamento à violência, a articulação institucional, por meio da interação entre profissionais dos diversos setores (saúde, educação, justiça, entre outros) possibilita a implementação da “Rede de Proteção” e assegura encaminhamentos às instâncias de atendimento e garantias de direitos (LIMA et al, 2011).

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres que a SPM define, diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços

governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Já a rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e à integralidade e humanização do atendimento. A constituição da rede de enfrentamento busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a justiça, a cultura, entre outros (BRASIL, 2011).

O pacto nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres recomenda as ações alicerçadas nos pressupostos de que a violência de gênero é transversal e as atuações intersetoriais e capilares. A intersetorialidade em seu caráter horizontal estrutura-se em parcerias entre os organismos setoriais e representantes de cada esfera de governo (ministérios, secretarias, coordenadorias), e no caráter vertical envolve vinculação entre políticas nacionais e locais nas áreas de saúde, justiça, educação, trabalho, segurança pública, entre outras (SILVA et al, 2015).

Segundo os participantes, o serviço busca sempre manter parcerias ou encaminhamentos para resolução dos problemas das mulheres atendidas. As falas ilustram:

“Tentamos promover articulação ativa com todos os seguimentos[...]
(ESMERALDA)

“As crianças e outros familiares são encaminhados para outros parceiros da rede.”
(AMETISTA)

“Trabalhamos com parcerias e encaminhamentos da assistência social, do hospital, da delegacia. Analisamos todos os encaminhamentos para melhor direcionar.”
(CRISTAL)

“Acolhemos e articulamos [...] recebemos as mulheres das referências e encaminhamos aos setores necessários.” (SAFIRA)

“[...] chegam espontaneamente quando tomam conhecimento do equipamento através das divulgações, e também encaminhadas do Conselho da Mulher, da Delegacia da Mulher, da Delegacia Regional ou do hospital. Procuramos resolver o caso, e quando não conseguimos [...] sempre encaminhamos.” (TOPÁZIO)

Observamos nas falas que enquanto existir a ideia de que setores isolados são responsáveis pelo acompanhamento dos casos de violência, em nada iremos avançar. Serviços isolados são irresolutivos, e as mulheres continuarão peregrinando em busca de seus direitos, e muito pouco será feito na promoção de sustentabilidade social para estas mulheres.

O modelo de rede de atenção é o mais recomendado por diversos estudiosos da área da violência contra a mulher. O acesso à rede pode acontecer em qualquer local e os casos devem transitar nos serviços que a compõem. A relação que se estabelece entre os serviços é de uma organização em nível horizontal, em que todos têm funções diferentes, essenciais e com o mesmo grau de importância (SILVA et al, 2015).

Segundo o mesmo autor, a necessidade de um protocolo na rede de serviços pode organizar as ações intersetoriais, mas é preciso ponderar o uso, tendo em vista que a complexidade do problema requer soluções plurais, e nem sempre projetos assistenciais técnicos baseados em protocolos fixos e únicos promoveria resultados eficientes. O contato permanente entre as instituições que compõem a rede de atenção por meio de fóruns e reuniões com discussão, para avaliar a forma de organização dos trabalhos, pode manter o apoio de que cada setor precisa para direcionar as práticas aos direitos das mulheres (SILVA et al, 2015).

Nesse contexto, Silva et al (2015), continua trazendo a discussão de que a necessidade de melhorar o diálogo emerge justamente das ações dos serviços sobre a violência com metas de intervenções limitadas ao seu setor e, para superar esse obstáculo, recomendam-se ações que melhorem o vínculo, o conhecimento das metas dos serviços e as culturas institucionais. A ausência de organização da referência e contrarreferência na rede de serviços pode gerar encaminhamentos das mulheres a outros setores sem a preocupação do acompanhamento e da solução do problema. Mas o sistema pode ser estruturado a partir da constituição de uma equipe qualificada, do conhecimento de um referencial de rede e da colaboração dos diversos setores e das estruturas sociais que acolhem a violência contra a mulher.

5.2.2 Categoria 2 – Facilidades / Dificuldades dos profissionais do Centro de Referência de Atendimento a Mulher para o desenvolvimento das ações

Para Minayo (2006) é inegável que, a partir de 2001, as políticas de saúde voltadas à temática da violência tiveram importante avanço no que se refere à sua legitimação, por meio do lançamento de diversas portarias e normas técnicas, implementação e fortalecimento de sistemas de informação e da inclusão da discussão do tema em projetos de áreas já tradicionais no Ministério da Saúde (MS); mas, por outro lado, há ainda uma grande distância entre teoria e prática e uma lentidão na concretização das ações para prevenção.

5.2.2.1 Subcategoria 1 – Ações de apoio as mulheres vítimas de violência

Essa subcategoria teve seu embasamento nas falas e observações que também fizeram parte dos instrumentos de coleta de dados, conforme definido no processo metodológico.

Diante da complexidade do fenômeno da violência contra a mulher e da estrutura e funcionalidade do Centro de Referência de Atendimento a Mulher, os profissionais apontaram algumas facilidades para o desenvolvimento de suas ações, as falas abaixo ilustram:

“[...] equipe multiprofissional capacitada e apta para trabalhar com essa temática...”
(RUBI)

“[...] a equipe tem que requer fazer acontecer !” (RUBI)

“Tudo fica mais fácil quando a equipe entende da problemática e do serviço para resolutividade nos casos.” (RUBI)

“Boa interação da equipe [...] o fato de sermos todas mulheres, e de nos colocarmos no lugar da vítima.” (CRISTAL)

“O bom relacionamento com a equipe [...] a existência de transporte [...]” (SAFIRA)

“Ter possibilidade de acompanhamento contínuo das vitimas [...]” (ESMERALDA)

“O equipamento tem uma equipe multidisciplinar [...] isso melhora o atendimento.”
(TOPÁZIO)

“O transporte que viabiliza o deslocamento dos profissionais até a residência das mulheres, e até para os outros equipamentos da rede.” (TOPÁZIO)

“[...] carro todos os dias é um avanço...” (AMETISTA)

“O Estado manda Unidade Móvel (ônibus) com cabines de atendimento para atendimento itinerante.” (AMETISTA)

Respaldado nas falas acima, e face à magnitude e o impacto da violência, ressalta-se a relevância da articulação intersetorial e a capacitação continuada dos profissionais, visando integrar a rotina do atendimento, para identificar precocemente, notificar os casos e efetivar o acompanhamento às vítimas e famílias.

Quanto ao processo de trabalho, observa-se a importância de um acolhimento adequado nos serviços. Promover a escuta qualificada, tentando captar aspectos que vão além da queixa manifesta, pode constituir-se em instrumento poderoso para a detecção precoce de situações de violência intrafamiliar ou de risco social. Neste aspecto, é fundamental estabelecer um bom vínculo e qualificar o tempo das consultas, das visitas domiciliares e dos demais procedimentos (ALVES & ROSA, 2013).

Por meio de estudo realizado por Bezerra et al (2012), apreende-se que a violência contra a mulher é um problema cuja solução depende de profissionais de diferentes campos de atuação, como também de uma efetiva mobilização de órgãos públicos e da sociedade civil, de tal forma que viabilizem a construção de ações e serviços, gerando novas atitudes de compromisso e colaboração em relação ao problema.

Estes fatores caminham juntos com a questão da intersetorialidade, que se efetiva a partir do compartilhamento destes conhecimentos sobre a realidade e da elaboração conjunta de um projeto de cuidados, que inclua a assistência às vítimas e, principalmente, a prevenção da ocorrência da violência (ALVES & ROSA, 2013).

A inovação trazida pela lei Maria da Penha está no fato de que define as políticas públicas a serem adotadas para o atendimento da vítima e a sua família, integrando uma rede de proteção social e regula a necessidade de capacitação dos profissionais que atuarão diretamente com as mulheres vítimas de agressões (SANTOS, 2011).

Os estudos que analisam a oferta de serviços das redes apontam problemas como a ausência de articulação entre os serviços, de ações compartilhadas, comunicação e interação entre os profissionais. A oferta dos serviços da rede precisa ser melhor divulgada, para que as mulheres possam buscar apoio (SILVA et al, 2015).

Os Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência – de acordo com norma da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – são equipamentos da política pública de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, os quais se vinculam administrativamente ao órgão gestor das políticas para as mulheres do município onde estão localizados e têm como finalidade atender mulheres em situação de violência. São espaços de atendimento psicológico, social e jurídico. Eles devem exercer o papel de articulador das instituições e serviços governamentais e não governamentais que integram a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (BRASIL, 2006).

Silva (2015) também fala que as práticas e posturas dos profissionais dos diversos setores são distintas e desagregadas, e essa configuração fragmentada da rede pode fragilizar a mulher quanto à busca pelo apoio institucional, fazendo com que ela enfrente a situação solitariamente.

Os profissionais também apontaram algumas dificuldades para o desenvolvimento das ações o Centro de Referência de Atendimento a Mulher, conforme ilustram as falas abaixo:

“[...] são muitas. A questão do fortalecimento da rede, das leis que são bem redigidas, mas na hora de efetivá-las a gente encontra muitas dificuldades [...] para que o trabalho seja eficaz e traga resultados positivos.” (RUBI)

“Falta de intersetorialidade; transferência de responsabilidade apenas para um órgão; a dificuldade de emporamento; os cursos precisam de licitação para serem realizados; a influência negativa da mídia em divulgar informações errôneas.” (CRISTAL)

“Ausência de segurança [...] principalmente para visitar as residências.” (SAFIRA)

“Dificuldade de encaminhamento para psicoterapia, no caso das vítimas que necessitam de acompanhamento a longo prazo.” (ESMERALDA)

“Mesmo as mulheres tendo conhecimento do crime, e mesmo depois de todas as orientações, e da formalização da denúncia [...] elas querem voltar atrás devido a dependência emocional e financeira do agressor ou por se auto-cobrem por não destruírem a família.” (TOPÁZIO)

Consideramos que as dificuldades apontadas pelos profissionais, conforme discutido anteriormente, esbarram na fragmentação da rede de enfrentamento a

violência, onde observamos a fragilidade da rede, a falta de intersetorialidade, e as dificuldades de encaminhamento dentro da própria rede.

As ações poderiam ser mais significativas se os serviços públicos que atendem essas mulheres não fossem pontuais, frágeis e incipientes, além do que, apesar de alguns avanços falta uma integração mais incisiva entre serviços nas áreas de saúde, segurança, educação, assistência social, cultura e justiça, que possam potencializar para que as mulheres rompam verdadeiramente com o ciclo da violência (QUEIROZ & DINIZ, 2013).

Frente às dificuldades apontadas, estudo realizado por Queiroz & Diniz (2013), mostra que a maioria dos agentes policiais, sobretudo do sexo masculino, ainda não está apta a compreender a dinâmica destes atos violentos. De maneira geral os profissionais têm dificuldade em lidar com fenômenos dessa natureza por estarem inseridos na mesma estrutura social e cultural de relações e de simbolizações entre os gêneros, origem de variados tipos de violência contra as mulheres.

O enfrentamento às situações de violência doméstica necessita, entretanto, de uma abordagem intersetorial e que pressupõe em sua construção uma micropolítica própria, com a participação de outros atores e saberes na composição do cuidado (MOREIRA, 2014).

Por conseguinte, a redução da violência contra a mulher exige compromisso intersetorial por parte dos governantes e da sociedade, para que se estabeleça uma cultura de paz e atendimento humanizado em todas as faixas etárias, com destaque para crianças e idosas, que apresentam maior vulnerabilidade (LEITE et al, 2014).

Esse tipo de violência adoece não só as mulheres, como também toda a família, resultando em sérias implicações no processo de desenvolvimento psicossocial e no aumento da demanda nos serviços sociais e de saúde. Devido à complexidade do fenômeno, que resultam em diferentes necessidades e demandas, torna-se imprescindível a intersetorialidade no sentido de intervir na problemática (GOMES et al, 2012).

O estudo também evidenciou os determinantes múltiplos, as diferentes formas de manifestação, e os diferentes locais de ocorrência da violência, o que, por sua vez, demonstra a necessidade de construção de ações intersetoriais e interdisciplinares como via privilegiada de enfrentamento do problema. As mudanças culturais e subjetivas devem ser o objetivo central e o eixo norteador de todas as

ações desenvolvidas, tendo em vista que a pesquisa apontou a promoção da cidadania e a mudança de valores e atitudes como algumas das formas mais defendidas de enfrentamento da violência (ALVES & ROSA, 2013).

Pesquisadores ressaltam que, atuando isoladamente, um único serviço não é capaz de dar resposta satisfatória ao complexo fenômeno e defende que o trabalho em rede, devido à articulação de recursos e serviços, promove uma abordagem multiprofissional e interinstitucional essencial para o enfrentamento da problemática. Logo, o trabalho em rede se desvela como estratégia de enfrentamento e prevenção da violência contra a mulher (GOMES et al, 2012).

Isso posto, salienta-se que o caráter maleável da rede implica na revisão permanente dos serviços, de seu funcionamento e do fluxograma estabelecido para atender as mulheres, tendo em vista as peculiaridades dos casos. Nesse sentido, reforça-se que não há uma ordem de entrada e encaminhamentos, nem uma gerência exclusiva, nem porta de entrada e fluxos imutáveis (SILVA et al, 2015).

A articulação intersetorial requer uma dinâmica de trabalho que valorize e favoreça tal processo, o que exige recursos humanos não sobrecarregados e conhecedores de outros serviços, de suas competências e do papel da rede no enfrentamento da violência (GOMES et al, 2012).

Embora se reconheça que cada mulher terá uma trajetória própria para sair da situação de violência, na perspectiva de um trabalho em rede, criar um protocolo e um fluxo definido fornece aos profissionais condições mais seguras para atuarem e determina a prática assistencial como interinstitucional. A rede intersetorial de serviços à mulher em situação de violência precisa ser construída e fortalecida, para que seja acessada em qualquer ponto e tenha um seguimento com a participação dos envolvidos na rede de forma articulada, dialogada e comprometida institucionalmente (SILVA et al, 2015).

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo que tem raízes na desigualdade de gênero, apresentando repercussões na vida de quem a vivencia, sendo de grande importância a articulação dos serviços em rede a fim de viabilizar o processo de enfrentamento do fenômeno (GOMES et al, 2012).

Para Silva (2015) a existência de um conjunto de serviços distintos que acolham a mulher em situação de violência, e com atuação de acordo com suas competências, sem o reconhecimento entre eles, não garante ações que reforcem a saída da mulher da situação de violência. É preciso instituir um diálogo entre as

instituições que compõem a rede com maior poder de comunicação entre os profissionais para construir projetos assistenciais compartilhados.

5.2.3 Categoria 3 – Impactos advindos do desenvolvimento das ações do Centro de Referência de Atendimento a Mulher

Diante da problemática tornou-se imprescindível rastrear a violência contra as mulheres uma vez que é um fenômeno que tem suas raízes nas desigualdades de gênero, traduzidas em relações assimétricas de poder e, ainda, que esse poder seja relacional, a realidade tem revelado que ele muito dificilmente beneficia as mulheres, que são alvo majoritariamente preferencial da violência de gênero.

5.2.3.1 Subcategoria 1 – Repercussão na vida e na rede de atendimento

Essa subcategoria teve seu embasamento nas falas e observações que também fizeram parte dos instrumentos de coleta de dados, conforme definido no processo metodológico.

Ampliar investigações e aprofundar a discussão sobre esse fenômeno da realidade possibilitará uma melhor compreensão e visibilidade do problema, além de oferecer subsídios para que políticas públicas e a atuação dos profissionais valorizem estratégias para o empoderamento das mulheres, possibilitando, assim, rupturas das amarras da submissão (LIRA et al, 2012).

As falas abaixo trazem a visão dos profissionais acerca dos impactos advindos da assistência prestada por eles no Centro de Referência de Atendimento a Mulher:

“Quando elas recebem os atendimentos psicológicos, sociais e jurídicos elas passam a querer efetivar seus direitos.” (RUBI)

“Já foi feita uma parceria com o SENAC para oferecermos um curso de maquiagem para melhorar a auto-estima das mulheres e para promover uma geração de renda [...] e para que elas se vejam como sujeitos de direito. Elas diziam que se sentiam alguém e que queriam mudar de vida.” (RUBI)

“[...] elas chegam pesadas e carregadas, e com o acompanhamento da gente, o companheirismo [...] a gente vê que com o tempo elas adquirem confiança na gente, e a gente observa que elas se sentem mais leves.” (SAFIRA)

Mediante os depoimentos que as participantes têm visões diferenciadas do que viriam a ser os benefícios advindos da assistência. Alguns profissionais consideram que os impactos positivos é aquele que promove transformação de vida das mulheres, como o empoderamento e o seu reconhecimento como sujeitos de direito. Contudo, ainda identificamos profissionais que acreditam que oferecimento de ações paternalista ou paliativas favorecerão a ruptura do ciclo de violência.

Logo, é necessário repensarmos na forma como as políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher são desenvolvidas na prática, dentro dos serviços que compõe a rede. E assim, reforçar a necessidade de termos profissionais mais capacitados e qualificados para trabalharem com uma problemática que repercute de forma tão negativa na vida social das mulheres e das famílias.

Conforme preconiza a norma de funcionamento nacional, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher deve prestar acolhida, acompanhamento psicológico e social, e orientação jurídica às mulheres em situação de violência, visando à ruptura da situação de violência e à construção da cidadania das mulheres, por meio de atendimento intersetorial e interdisciplinar. As ações do Centro de Referência devem pautar-se no questionamento das relações de gênero, base das desigualdades sociais e da violência contra as mulheres e devem voltar-se ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres (violência doméstica, violência sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual e moral, etc).
Objetivo Geral: Prestar acolhimento e acompanhamento psicológico, social e orientação jurídica às mulheres em situação de violência, de modo a fortalecer sua autoestima e possibilitar que essas mulheres se tornem protagonistas de seus próprios direitos, ampliando seu nível de entendimento sobre as relações de gênero.
Objetivos Específicos: 1. Acolher as mulheres em situação de violência, orientando-as sobre os diferentes serviços disponíveis para a prevenção, apoio e assistência em cada caso particular. 2. Promover o atendimento especializado e continuado às mulheres em situação de violência. 3. Articular os meios que favoreçam a inserção da mulher no mundo do trabalho e em programas de capacitação para o trabalho e geração de renda , quando couber. 5. Garantir à mulher assistida as condições de acesso aos Programas de Educação formal e não formal, quando couber. 6. Propiciar, à mulher assistida, os meios para obter o apoio jurídico necessário a cada

caso específico. 7. Prestar informação e orientação por meio de atendimento telefônico às mulheres (BRASIL, 2011).

Nossa realidade de estudo ainda encontra-se distante do preconizado quando identificamos que por vezes nem os profissionais conhecem a rede, tão pouco conseguem orientar as mulheres sobre os diferentes serviços que podem utilizar. Verificamos que o CRAM em questão não consegue favorecer este atendimento continuado, nem tão pouco articular meios que empoderem as mulheres e favoreçam sua qualidade de vida. Enfraquecendo assim, a promoção da sustentabilidade social no contexto do combate da violência contra a mulher.

Os participantes o estudo também apontam a ruptura do ciclo da violência como um benefício de forte impacto na vida das mulheres atendidas. Seguem as falas:

“[...] se conscientizam que elas é que devem ter a atitude de sair do ciclo de violência. Muitas acham que o agressor pode melhorar da noite para o dia [...] tentamos reconstruir a auto-estima delas, porque muitas acham que não vão conseguir.” (ESMERALDA)

“Algumas tem saída satisfatória do ciclo de violência [...] quando elas se identificam como vítimas [...] porque outras aceitam a violência como algo normal, justificam as agressões em virtude do uso de bebidas, drogas.” (AMETISTA)

“[...] problemática complexa e difícil de resolver [...] a gente não pode obrigar a mulher a sair do ciclo de violência, porque ela tem que se conscientizar.” (AMETISTA)

“Ajuda na ruptura do ciclo de violência por que encoraja as mulheres a saírem desse ciclo de vicioso [...] que não é fácil sair.” (RUBI)

“[...] tenta oferecer a ruptura do ciclo de violência para que essa violência não volte a acontecer.” (CRISTAL)

Identificamos pelas falas que o trabalho de ruptura do ciclo de violência restringe a orientações e aconselhamentos específicos para cada situação. Mas que não acontecem envolvimento com outros serviços e/ou movimentos sociais que tornem essas mulheres agentes de transformação de suas realidades, conhecedoras de seus direitos, e resgatem sua cidadania.

A compreensão do funcionamento do ciclo da violência contra a mulher torna-se fundamental para os profissionais entenderem os mecanismos de manutenção de tais relacionamentos. Esse ciclo caracteriza-se por três momentos marcantes: a fase de tensão, caracterizada por insultos, humilhação e provocações mútuas; o episódio agudo de violência, marcado pelos diferentes tipos de agressões; e a fase de lua-de-mel, em que o casal realiza promessas mútuas, ocorre uma idealização do parceiro e a negação da vivência de violência (BRASIL, 2003).

Conhecer como se desenvolve o fenômeno da violência doméstica é fundamental para os profissionais envolvidos no cuidado a essas mulheres, pois dessa maneira é possível nos instrumentalizarmos para melhorar a acolhida desse grupo especial de clientes. Enquanto um problema de Saúde Pública a Violência Doméstica atinge mulheres de todas as idades e classes sociais. Observa-se uma falta de capacitação dos profissionais frente a essa demanda populacional uma vez que os mesmos não se sentem seguros para dar orientações e realizar encaminhamentos precisos em relação a esta temática (PORTO & LUZ, 2004).

Uma vez iniciado o ciclo de violência conjugal, essas mulheres vivenciavam uma dinâmica familiar extremamente sofrida, marcada por cenas de ciúmes, discussões e agressões constantes, tanto física, quanto psicológica e sexual. Com uma alternância de periodicidade, as cenas de violência se repetiam sem a preocupação com os demais membros da família que geralmente presenciavam os fatos, sem muito ter o que fazer (PORTO & LUZ, 2004).

Compreendemos, pois, que a luta pelos direitos humanos e contra a violência, o preconceito e a discriminação, não só contra as mulheres, mas contra todos aqueles que são vítimas, deve ser encarado como um mal a ser combatido, vigiado, punido e disciplinado (SILVA, 2010)

Diante disso, apontamos outros impactos da assistência prestada pelo CRAM de Crato/CE na perspectiva dos participantes do estudo. Veja as falas:

“[...] traz benefícios [...]” (RUBI)

“Faz elas ressurgirem para a vida social, para o trabalho [...]” (TOPÁZIO)

“A partir do momento que a gente atende [...] a gente empodera essas mulheres e esclarece a existência de seus direitos.” (RUBI)

“O CRAM promove a recuperação da auto-estima, promove um atendimento humanizado, e tentamos acolher e empoderar.” (CRISTAL)

“[...] melhora a qualidade de vida ao ponto que ela não se vê sozinha, e que ela sabe que tem alternativas para lutar e transformar o medo em luta.” (CRISTAL)

“Elas saem transformadas [...] e fica sempre a mensagem de que sempre que precisarem estaremos aqui para acolher.” (SAFIRA)

“[...] depois de 4 ou 5 atendimentos a transformação é visível. Chegam com a auto-estima muito baixa [...]” (ESMERALDA)

Diante das falas observamos que embora existam fragilidades, alguns benefícios são conquistados para o reestabelecimento do déficit emocional das vítimas de violência, e na busca do resgate de uma maior auto-estima. Contudo, consideramos que ainda há muito a ser feito, sobretudo relacionado à justiça social, à equidade de gênero e à qualidade de vida.

O século que acaba de findar, em que pesem os avanços em vários ramos do saber, foi marcado, infelizmente, por uma crescente onda de violência. No Brasil, e de resto em todo o planeta, a sociedade contemporânea viu cair por terra muitos valores — como a solidariedade, o respeito, a tolerância, mesmo não sendo de forma generalizada. Mais do que nunca há um clamor por mudanças, mesmo que ele não se faça audível. Para onde caminhamos, se não houver uma reversão da intolerância e violência instaladas em nosso cotidiano? Não podemos simplesmente fechar os olhos e seguir submissos rumo à barbárie. Há que se construir uma cultura de paz! (DISKIN & ROIZMAN, 2002).

É na crença de mudanças sociais, no engajamento ou não da militância dos direitos humanos por grupos sociais concebidos como minorias (negros, mulheres, trabalhadores rurais, sem terra, sem teto, homossexuais, crianças, idosos, etc.), na possibilidade de ensinar os outros a tratar o nosso semelhante como um de nós, portanto, engajado na perspectiva da educação como mudança de atitude, de comportamento e de ideais de vida, é que poderemos criar uma sociedade mais justa, mais igualitária e eticamente possível. Pensar na igualdade que une os sujeitos pode não ser uma tarefa fácil, mas acreditamos ser esse um trabalho possível, na conquista e na primazia dos direitos humanos para as próximas décadas (SILVA, 2010).

Respeitar a vida, rejeitar a violência, ser generoso, ouvir para compreender, preservar o planeta e redescobrir a solidariedade são as palavras de ordem do nosso programa — Escolas de Paz. Evidente que há muito para se fazer em uma

sociedade marcada pela injustiça e desigualdade como a nossa. Mas é preciso começar de algum ponto (DISKIN & ROIZMAN, 2002).

Para o mesmo autor, nosso maior desafio é transformar os valores da Cultura de Paz em realidade na vida cotidiana. Traduzir cada um dos desafios propostos pela Cultura de Paz em realidade, na vida das pessoas. Preparar a paz, portanto, significa: • respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar; • contribuir com o desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, para criar novas formas de solidariedade.

5.2.4 Categoria 4 – Reflexão sobre violência contra a mulher, sustentabilidade social, cultura de paz e qualidade de vida

Nessa categoria, a pretensão foi trazer discussões que entrelaçassem a sustentabilidade social e a violência contra a mulher, atravessando questões sociais, culturais, de justiça e equidade, de empoderamento, e de ações de visem a melhoria da qualidade de vida social.

Os achados contidos nessa categoria são fruto da observação do serviço ofertado às mulheres, bem como de anotações realizadas no diário de campo durante o período de coleta dos dados.

Segundo Jorge (2015) a sustentabilidade social é a dimensão da sustentabilidade, que engloba os direitos humanos, direitos do trabalho, a coesão social, o bem-estar, a segurança, a acessibilidade, sensibilidades religiosas e culturais e a equidade, sem assim descuidar do respeito pelo meio ambiente, colaborando, desta forma, para o desenvolvimento sustentável do planeta. A sustentabilidade social refere-se, deste modo, a um conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida da população, com a diminuição das desigualdades sociais, concretização de direitos e garantia ao acesso a serviços (educação e saúde principalmente) possibilitando às pessoas o acesso pleno à cidadania.

Estando o Homem no centro, é o único capaz de agir em conformidade com valores como o direito à vida e à liberdade, mas também com o único capaz da consciência de errar. Esta é a condição e responsabilidade da sua humanidade. Assim, o homem e toda a sua conduta é a pedra basilar do princípio do desenvolvimento sustentável (JORGE, 2015).

Identificamos que na vida, as representações, as crenças e as concepções culturais de gênero profundamente enraizadas têm revelado uma mudança lenta, sobretudo na vida familiar onde a diferenciação entre os sexos continua a enformar a educação das crianças e onde a cultura se transmite no exemplo da organização dos papéis e da relação entre o casal.

A violência doméstica é outro fenômeno paradigmático das desigualdades na sociedade e que é perpetrado na família, como resultado da interação de fatores históricos, culturais, psicológicos, políticos e econômicos, e tem repercussões na vida individual e familiar desde a infância, fragilizando o desenvolvimento e a qualidade de vida e perpetuando-se na vida familiar e social (CALVINHO & RAMOS, 2014).

A violência familiar atinge o desenvolvimento humano no que tange aos aspectos psicológicos, físicos e sociais, gerando desdobramentos no sistema familiar como um todo e na sociedade à qual esse sistema pertence. Por conta de sua gravidade, é considerada, atualmente, uma importante questão de saúde no Brasil (ANTONI, BARONE & KOLLER, 2007).

O avanço do debate e da divulgação sobre a violência contra a mulher, promovidos pelo movimento feminista a partir da década de 1980, tem subsidiado formas de enfrentamento (delegacias – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) –, abrigos, centros de referência), assim como maior consciência de gênero quanto à autonomia e os direitos humanos, o que pode favorecer a observação e sensibilização quanto à violência. Esses resultados ressaltam a importância da mulher como agente de formação e sensibilização, seja no âmbito pessoal, familiar ou no exercício profissional (LIMA et al, 2011).

Neste contexto, espera-se oportunizar a discussão em torno dos resultados desta pesquisa, contribuindo para a prevenção de violência familiar à mulher, ampliação de estratégias políticas voltadas para o tema, amplas campanhas, em nível nacional, para a prevenção e controle da violência familiar contra as mulheres, capacitação dos profissionais da saúde, dentre outros (LIRA et al, 2012).

É urgente a necessidade de mobilização dos diferentes setores da sociedade e de todo o aparato do Estado para este problema complexo que envolve medidas judiciais, administrativas, legislativas, econômicas, sociais e culturais, sem as quais é impossível fazer uma abordagem global deste problema.

A formulação de políticas públicas a fim de promover controle social e estimular a ampliação do impacto social de campanhas de prevenção à violência surge como uma forma de combater a violência de gênero. Prevenir e combater a violência contra as mulheres é tarefa das mais complexas e exige o desenvolvimento de políticas públicas que articulem diferentes serviços.

O silêncio que rodeia o assunto acerca da violência contra a mulher é um dos elementos de sustentação para que este fato não seja encarado como um problema social. Recorrer à violência significa abrir mão de tudo o que aprendemos e conquistamos durante um processo milenar de civilização. Significa ignorar avanços como a justiça que garante às mulheres o exercício pleno de suas capacidades (DISKIN & ROIZMAN, 2002).

A violência é multifacetada, e essa diversificação atinge tais requintes de sofisticação, em sua selvageria, a ponto de ameaçar jogar por terra valores dos quais o homem civilizado pensou um dia poder orgulhar-se. A cronicidade do problema da violência, que infelizmente não é “privilegio” das sociedades menos desenvolvidas, nem das classes menos favorecidas, é outra característica a acentuar a sua gravidade (MILANI & DE JESUS, 2003).

Todas têm em comum o seu enraizamento numa cultura da violência, a qual influencia os indivíduos a privilegiarem o comportamento violento como meio natural de defender seus interesses. A violência não é inerente à humanidade. O mesmo pode ser afirmado em relação à sua antítese – a paz (MILANI & DE JESUS, 2003).

A luta pelo fim da violência contra a mulher pressupõe a luta pelo fim das construções excludentes e desiguais de gênero, mas pressupõe a defesa dos direitos humanos, mediante uma postura política é ética na qual todas/os tem igualmente o direito de ser respeitadas/os e tratadas/os com dignidade, independentemente da cor, da orientação sexual, da origem, da etnia. Estas diferenças produzem desigualdades que necessitam ser desveladas e superadas, que não podem mais ser atribuídas à natureza ou a biologia, mas sim ao processo de socialização que define e transmite papéis, comportamentos e padrões, e que reproduz o modelo de poder dominante (BRASIL, 2012).

É importante promover a reflexão sobre a violência, desnaturalizando-a e compreendendo seus efeitos. Por outro lado, trabalham-se informações sobre os direitos e deveres das pessoas com a finalidade de instrumentalizá-las a conquistarem sua cidadania e garantirem os recursos necessários ao seu pleno

desenvolvimento. Em última instância, trata-se de “empoderar” os sujeitos e diminuir sua vulnerabilidade frente a situações de violência. As atividades educativas identificadas também se direcionam para o desenvolvimento de habilidades e competências pessoais necessárias para o estabelecimento de relações mais saudáveis e não violentas e que, ao lado da melhoria da autoestima, diminuem a vulnerabilidade dos sujeitos (ALVES & ROSA, 2013).

A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável traz no seu contexto que alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas representará uma contribuição essencial para o progresso em todos os Objetivos e metas. Aproveitar o potencial humano pleno e alcançar o desenvolvimento sustentável não é possível se à metade da humanidade continuam a ser negados seus plenos direitos humanos e as oportunidades. Mulheres e meninas devem gozar de igualdade de acesso à educação de qualidade, aos recursos econômicos e à participação política, bem como de igualdade de oportunidades com os homens e meninos em termos de emprego, liderança e tomada de decisões em todos os níveis. Trabalharemos para um aumento significativo dos investimentos para superar o hiato de gênero e fortalecer o apoio a instituições em relação à igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres nos âmbitos global, regional e nacional. Todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas serão eliminadas, inclusive por meio do engajamento de homens e meninos. A integração sistemática da perspectiva de gênero na implementação da Agenda é crucial.

Com base no contexto estudado, averigua-se que os profissionais procuram favorecer a promoção da sustentabilidade social, mediante a busca da melhoria da qualidade de vida dessas mulheres, bem como através do empoderamento feminino.

Os estudos feministas partem do pressuposto que o empoderamento das mulheres é condição para a equidade de gênero. O primeiro passo para o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero: reconhecer que existe desigualdade entre homens e mulheres, indignar-se com esta situação e querer transformá-la. Para se empoderarem, as mulheres devem melhorar a auto-percepção que tem sobre si mesmas, acreditar que são capazes de mudar suas crenças em relação a submissão e despertar para os seus direitos (LISBOA, 2008).

A escassez de literatura científica sobre rede de enfrentamento da violência configurou-se como uma limitação do estudo, embora a Lei Maria da Penha

recomende estudos e pesquisas sobre a temática violência doméstica e familiar contra a mulher. Ainda assim, é notória a importância da rede de serviços no processo de empoderamento das mulheres para o enfrentamento da violência, visto que este tipo de articulação possibilita uma atenção integral (GOMES et al, 2012).

Segundo Ikeda (2012), empoderamento é quando numa situação difícil, por meio do diálogo, incentivamos outra pessoa a manifestar o seu poder inerente para mudar a realidade. E, uma vez que ela decide mudar, juntos, avançamos compartilhando o juramento de alcançar a resolução daquela situação.

Empoderamento na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é precondição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero; significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações (LISBOA, 2008).

Friedmann (1996) afirma que empoderamento “é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”. Ele aponta três tipos de empoderamento, importantes para as unidades domésticas: o social, o político e o psicológico. O social refere-se ao acesso a certas “bases” de produção doméstica, tais como informação, conhecimento e técnicas, e recursos financeiros. Prevê o acesso à instituições e serviços e capacidade de influência à nível público. O político diz respeito ao processo pelo qual são tomadas as decisões; não é apenas o poder de votar, mas, principalmente, o poder da voz e da ação coletiva que importa; significa maior participação no âmbito político inclusive o acesso a ocupar cargos de representação e direção. O psicológico ou pessoal inicia com o despertar da consciência em relação à sua autonomia e desenvolvimento pessoal; envolve auto-estima e auto-confiança; ter controle sobre a sua própria sexualidade, sobre a reprodução e sobre a sua segurança pessoal; decorre da consciência individual de força.

O trabalho promovido pela equipe multiprofissional do CRAM Crato/CE, apresenta dificuldades de operacionalização das ações, conforme evidenciado nas

categorias anteriores, contudo desenvolve suas ações nesse objetivo de promoção de empoderamento feminino.

O empoderamento requer reconhecimento das restrições sociais a que as mulheres estão submetidas e a necessidade de reversão dessa situação, por meio de mudanças no contexto público, com a inserção em cargos de poder e decisão, educação não sexista e serviços de saúde adequados; e também em contextos individuais, como o aumento de autoestima e autonomia, reorganização do trabalho doméstico, entre outros (CORTEZ & SOUZA, 2008).

O empoderamento, no sentido dos autores acima citados, implica conquista da liberdade, avanço e superação do estado de subordinação (dependência econômica, física, etc.) por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo), e não uma simples doação ou transferência por benevolência. Esse processo é realizado pela própria pessoa por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer.

As estratégias empregadas para o empoderamento (sob o enfoque psicológico) têm como objetivo fortalecer a autoestima e a capacidade de adaptação ao meio e desenvolver mecanismos de autoajuda e de solidariedade. Dentre essas estratégias, destacam-se práticas de educação para a saúde que pretendem contribuir para a formação da “consciência sanitária” do indivíduo, objetivando manter a harmonia e uma relação saudável dele com o seu meio externo. Apela-se, aqui, para um esforço pedagógico sistemático e permanente, envolvendo técnicas focais e de marketing social (ROSO & ROMANINI, 2014).

Um dos sentidos de empoderamento mais empregados no Brasil se refere ao processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia. O empoderamento não pode ser fornecido nem tampouco realizado para pessoas ou grupos, mas se realiza em processos em que esses se empoderam a si mesmos. Profissionais ou agentes externos podem catalizar ações ou auxiliar na criação de espaços que favoreçam e sustentem processos de empoderamento, os quais refletem situações de ruptura e de mudança do curso de vida. Através desse processo, pessoas renunciam ao estado de tutela, de dependência, de impotência, e transformam-se em sujeitos ativos, que lutam para si, com e para os outros por mais autonomia e autodeterminação, tomando a direção da vida nas próprias mãos (KLEBA & WENDAUSEN, 2009).

Para os mesmos autores, no processo de empoderamento, a dimensão psicológica refere-se ao desenvolvimento de um determinado modelo de autorreconhecimento, através do qual as pessoas adquirem ou fortalecem seu sentimento de poder, de competência, de autovalorização e autoestima.

O empoderamento das mulheres é uma atitude a ser fomentada no rol das ações ao combate à violência de gênero, que implica na participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, exigindo a presença feminina de forma maciça nos sindicatos, conselhos, associações, instituições religiosas, passando pelos partidos políticos, até a ocupação de cargos e de mandatos eletivos nos poderes Legislativo, Executivo, e Judiciário. Isso inclui as direções de partidos políticos, todos os níveis dos poderes políticos, assim como empresas públicas e privadas, as organizações e movimentos sociais. Para tal, é necessária a estruturação de políticas das mulheres que visem alterar as estruturas de poder, a cultura política e as mentalidades e com isso favorecer relações sociais entre homens e mulheres pautadas na equidade de gênero (MÜHLEN & NEVES, 2013).

Pode-se vislumbrar um perverso círculo vicioso: a violência doméstica prejudica a auto-estima da criança (ou adolescente) e lhe ensina a agressão como modelo de relacionamento interpessoal; ao chegar à escola, ela apresenta, por consequência, dificuldade de aprender e agressividade, os quais podem resultar em desempenho acadêmico fraco e comportamentos anti-sociais. Por um lado, o fracasso escolar deteriora a sua auto-estima e gera sentimentos de inferioridade e revolta, que podem se expressar em uma intensificação dos comportamentos violentos (MILANI & DE JESUS, 2003).

Associado a essa reflexão, é importante frisar que não pode haver paz sustentável sem desenvolvimento sustentável. Não pode haver desenvolvimento sem educação ao longo da vida. Não pode haver desenvolvimento sem democracia, sem uma distribuição mais equitativa dos recursos, sem a eliminação das disparidades que separam os países mais avançados daqueles menos desenvolvidos (UNESCO, 1999).

Como uma das possíveis respostas a esse fenômeno de violência, surgiu o conceito de cultura de paz. A expressão cultura de paz apareceu pela primeira vez em um documento elaborado na Conferência Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, convocada pela UNESCO em 1989. Em 1999, a Assembleia das Nações Unidas proclamou a Declaração sobre uma Cultura de Paz, que tinha como

objetivo promover e fortalecer uma cultura de paz no novo milênio. Uma cultura de paz não preconiza a ausência de conflitos, mas valoriza o diálogo, a negociação e a mediação entre as pessoas e grupos como estratégia para a convivência e a resolução de conflitos. A promoção da cultura de paz pretende envolver a construção de estruturas e de relações sociais pautadas na justiça, igualdade, respeito, liberdade e na ausência de todo tipo de violência. Por isso, muitas políticas públicas e programas que tem como objetivo a prevenção da violência estão articuladas e associadas à promoção da cultura de paz como forma de se contrapor à cultura da violência (FERREIRA, 2012).

A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável traz que o desenvolvimento sustentável não pode ser levado a cabo sem paz e segurança; e paz e segurança estarão em risco sem o desenvolvimento sustentável. A nova Agenda reconhece a necessidade de se construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas que ofereçam igualdade de acesso à justiça e que tenham como fundamento o respeito aos direitos humanos (incluindo o direito ao desenvolvimento), o efetivo Estado de Direito e a boa governança em todos os níveis e em instituições transparentes, eficazes e responsáveis. Devemos redobrar nossos esforços para resolver ou prevenir conflitos e para apoiar os países em situação de pós-conflito, incluindo por meio da garantia de que as mulheres tenham um papel na construção da paz e do Estado.

Promover a Cultura de Paz significa e pressupõe trabalhar de forma integrada em prol das grandes mudanças ansiadas pela maioria da humanidade – justiça social, igualdade entre os sexos, eliminação do racismo, tolerância religiosa, respeito às minorias, educação universal, equilíbrio ecológico e liberdade política (MILANI & DE JESUS, 2003).

Porque toda pessoa pode fazer algo, por menor e simples que seja, como sua parcela de contribuição. Além disso, é preciso atuar também no nível macro, ou seja, repensar os processos sociais, definir estratégias de mudança coletiva, criar políticas públicas, estruturas institucionais e programas educativos e sociais condizentes com os valores da paz (MILANI & DE JESUS, 2003).

A paz não pode ser um ideal abstrato com o qual se sonha, enquanto se aguarda que ocorra espontaneamente ou num passe de mágica. A paz é uma caminhada que só ocorre pela vontade e ação do ser humano. Não há uma chegada ou ponto final, uma vez que as potencialidades humanas são infinitas e somos

capazes de evoluir sempre. À medida que cada um de nós transforma seus comportamentos e relações interpessoais, em que as organizações redefinem seus objetivos e métodos, em que mecanismos institucionais e políticas públicas são criados – tudo isso com o objetivo comum de construir uma Cultura de Paz – já estaremos conquistando a paz. Promover a Cultura de Paz é, em si, o processo, o aprendizado e a meta (MILANI & DE JESUS, 2003).

A mudança de comportamento dependerá da promoção de um conjunto de valores que possam ser cultivados pelo cidadão para que o orientem a estabelecer uma relação menos agressiva e mais cooperativa para consigo mesmo, o outro e a natureza. Um ser humano mais amoroso, sensível, cuidadoso e gentil com a Terra, para com sua espécie e com as demais espécies vivas (NASCIMENTO & PETROLA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do desafio de correlacionar temas aparentemente tão distintos, como violência contra a mulher e sustentabilidade social, reconhecemos a contribuição deste estudo para o Desenvolvimento Regional Sustentável da Região do Cariri Cearense.

O estudo proporcionou o contato da pesquisadora com o universo da problemática da violência contra a mulher. Trouxe a compreensão do quanto é complexo adentrar na intimidade das mulheres vitimadas. E apresentou como opção mais viável a compreensão deste processo de violência na visão dos profissionais que prestam assistência a estas mulheres.

Sendo assim, vale destacar um grande desafio: despir-se de estigmas e julgamentos sobre o tema violência contra a mulher. As leituras e cada encontro com os profissionais nas entrevistas foram momentos que permitiram um repensar nos preconceito que envolvem a temática, e no quanto devemos está preparados enquanto profissionais e seres humanos para oferecermos um acolhimento e um atendimento de qualidade a essas mulheres.

Cada etapa do estudo proporcionou a reflexão do quanto a dimensão da sustentabilidade social se aproxima da problemática da violência contra a mulher, sobretudo na questão da equidade de gêneros, no reestabelecimento da auto-estima dessas mulheres, no empoderamento e no resgate da qualidade de vida perdida.

De acordo com os objetivos propostos no estudo foi possível identificar que devem haver modificações nas ações de combate a violência contra a mulher desenvolvidas no Centro de Referência de Atendimento a Mulher – CRAM do município de Crato/CE para que se favoreça uma melhoria na promoção da sustentabilidade social.

O estudo permitiu conhecermos a funcionalidade do CRAM em estudo, mostrou que o serviço ainda requer uma maior atuação articulada entre outros serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando a melhoria da qualidade do atendimento.

Através do conhecimento da funcionalidade do CRAM identificamos que o serviço tem suas ações organizadas com base no Manual de Norma de Organização dos CRAM. Contudo, percebemos que embora os profissionais tentem

realizar as ações com total eficiência esbarram em questões gerenciais de gestão municipal, de decisões verticais, de ausência de subsídios materiais de uso diário para suas atividades, de segurança no ambiente de trabalho, de capacitação profissional, dentre outros.

Os encontros também permitiram uma análise das limitações dos serviços, sobretudo para a identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência, e no desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de ruptura do ciclo de violência.

Do conteúdo dos discursos emergiu a categoria facilidades e dificuldades para o desenvolvimento das ações, e dentre as dificuldades sentimos e observamos que existem angústias relacionadas à dinâmica de trabalho que acabam não sendo relevadas por medo dos profissionais.

Uma grande fragilidade identificada, que talvez justifique esse medo, seria a instabilidade dos cargos ocupados. Onde identificamos que os profissionais mantêm vínculos temporários com o órgão, e que esta ausência de estabilidade laboral deixa os profissionais vulneráveis e temerosos de emitirem julgamentos sobre a real percepção das facilidades e dificuldades para o desenvolvimento das ações.

Estes fatos lançam como contribuição a indicação de que a rede de enfrentamento a violência contra mulheres do Crato/CE seja fortalecida, e de que o serviço do CRAM, assim como dos demais segmentos seja melhor divulgado e que possam ser criados fluxos onde as mulheres visualizem claramente o funcionamento desta rede.

Verificamos que é notória a baixa compreensão do termo sustentabilidade social. Revelando assim, o quanto o tema ainda merece ser estudado e difundido. Assim como, o desconhecimento de alguns profissionais da filosofia do próprio serviço onde estão inseridos.

Diante disso, o estudo sugere que possam ser promovidas qualificações com estes profissionais, antes de iniciarem suas ações, a fim de que compreendam que as ações do CRAM se fundamentam em contribuir para o fortalecimento dos direitos das mulheres e o resgate de sua cidadania.

Logo, o estudo proporcionou a pesquisadora mergulhar nas entrelinhas das falas dos sujeitos, fazendo a correlação com a definição de sustentabilidade social, assim como com a temática de violência contra a mulher.

Outra contribuição percebida foi o despertar dos profissionais do CRAM para os benefícios de suas condutas, onde identificamos que gestos, muitas vezes, vistos como insignificantes podem promover mudanças salutaras. Ressaltando que o papel do CRAM além de prestar o acolhimento e atendimento da mulher em situação de violência, deve ser monitorar e acompanhar as ações desenvolvidas pelas outras instituições que compõem a rede.

Destaca-se que para encerramento da análise foi possível trazer a discussão/reflexão da forma como essas ações se aproximam do paradigma da sustentabilidade social na perspectiva da cultura de paz e da qualidade de vida.

As possibilidades da sustentabilidade social são reais para acabar com a violência contra a mulher. Mas será possível uma relação direta de uma política em que a rede de atendimento tenha relação direta com a sociedade, que busque o apoio dos movimentos sociais, que incentive essas mulheres a atuar com o serviço, com os movimentos para a possibilidade de uma cultura de paz.

Contudo, não se pode cometer o engano de pensar que o problema está diminuindo, pois ele continua se alastrando, sorrateiramente, entranhado nas relações entre homens e mulheres de todas as faixas etárias. Assim como é necessários profissionais capacitados para o atendimento das mulheres.

Dessa maneira, verificamos a necessidade de ampliação de literatura que traga discussões que entrelacem a sustentabilidade social e a violência contra a mulher, que atravessem questões sociais, culturais, de justiça e equidade, de empoderamento, e de ações de visem a melhoria da qualidade de vida social.

Portanto, o estudo tem o grande intuito de servir para um embasamento teórico de grandes pesquisas que possam surgir. Deseja-se que este estudo, possa sensibilizar os profissionais no sentido de estarem repensando sua atitude diante dessas situações. Que sirva de alerta para a importância de se estar constantemente lutando para o combate da violência de gênero, em todas as instâncias sociais. E que as discussões que perpassem o Desenvolvimento Sustentável e o Combate a Violência Contra a Mulher se façam cada vez mais

REFERÊNCIAS

ANGELIM, F.P.; DINIZ, G.R.S. O Pessoal Torna-se Político: o papel do Estado no monitoramento da violência contra as mulheres. *Psicologia Política*. vol. 9. nº 18. pp. 259-274. jul. - dez. 2009.

ARAÚJO, M.L.G. Casa Lilás. Boletim informativo. Fortaleza – CE, 2002.

ALVES, R.B.; ROSA, E.M. Prevenção da violência na adolescência: propostas existentes no Brasil e as possibilidades de atuação na saúde pública. *Adolescência & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 45-60, jul/set 2013.

ANTONI, C.; BARONE, L. R.; KOLLER, S. H. Indicadores de risco e proteção em famílias fisicamente abusivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 125-132. 2007.

ÁVILA, M.B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. *Cad. Saúde Publica*, Rio de Janeiro, 2003.

AZEVEDO, E. de; PELICIONI, M.C.F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. *Saúde Soc. São Paulo*, v.20, n.3, p.715-729, 2011.

BANDEIRA, L.; SOARES, M. A politização da violência contra a mulher eo fortalecimento da cidadania. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC. 2005.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. *Rev. Visões*, 4ª Ed., nº4, v. 1 - Jan/Jun, 2008.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEDONE, A.J.; FAÚNDES, A. Atendimento integral às mulheres vítimas de violência sexual: Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Universidade Estadual de Campinas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(2):465-469, fev, 2007.

BEZERRA, I.M.P. [et al]. Enfermeiro da Estratégia Saúde da Família frente à violência conjugal: analisando o processo de trabalho em saúde. *Sau. &Transf. Soc.*, ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.3, n.2, p.67-74, 2012.

BISPO, T.C.F.; ALMEIDA, L.C.G. de ; DINIZ, N.M.F. Violência conjugal: desafio para os profissionais de saúde. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 21, n. 1, p. 11-18, jan/abr, 2007.

BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é: o que não é*. 2. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. *Violência intrafamiliar: orientação prática em serviço*. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde: 2001.

_____. Portaria MS/GM 737, de 16 de maio de 2001: política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n 96, 2001.

_____. Ministério da Saúde. *Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências*. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher. Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e gênero: construindo políticas públicas*. Brasília (DF), 2003.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Políticas Contra as Mulheres – Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: *Diálogo sobre a Violência Doméstica e de Gênero: Construindo Políticas para as Mulheres – Brasil*; 2003.

_____. *Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo políticas para as mulheres*. Programa de prevenção, assistência e combate à

violência contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília; 2004.

_____. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Centro de Referência de Atendimento à Mulher. Norma Técnica de Padronização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasília: [s.n.], 2006.

_____. Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Presidência da República. Brasília 2006.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Norma técnica de uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Brasília; 2010.

_____. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011.

_____. Lei Maria da Penha Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República Brasília, 2012.

_____. Metas de Sustentabilidade para os Municípios Brasileiros (Indicadores e Referências). Programa Cidades Sustentáveis. Agosto, 2012.

_____. As camponesas e os camponeses da via campestina dizem: basta de violência contra as mulheres. Cartilha VC Sudamérica. Brasília (Brasil), julho de 2012.

_____. Resolução Nº 466/12. Estabelece critérios sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde, 2012.

_____. Viver sem violência é um direito de toda mulher. Entenda a Lei Maria Da Penha. Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República Abril, 2015.

CALVINHO, M. de L.; RAMOS, N. Violência conjugal contra a mulher, saúde e gênero contributos para melhorar as práticas profissionais e as políticas de prevenção da violência. Revista Ambivalências. V2. N.3. p. 42 – 69. Jan-Jun/2014.

CARVALHO, E.A.; RIBEIRO, R.A.F. Uma análise histórico-jurídica da violência contra a mulher na região do cariri. XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária, 2008.

CASTRO, F.B. de . Estado, Políticas Públicas E Gênero: A Polícia Militar do Distrito Federal e sua Atuação Preventiva na Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. Revista Ciência & Polícia - N. 3, V.1, junho, 2015.

CEARÁ. Projeto Amor a Vida: violência e exploração sexual. Manual do Multiplicador. Governo do Estado do Ceará, Secretaria do Trabalho e Ação Social. Fortaleza: Fundo de População das Nações Unidas – FNUAP, 2001.

CHACON, S.S. O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

CHACON, S.S.; BARRETO, P.L.N.; NASCIMENTO, V.S. Construindo Sonhos no Sertão Cearense: Trajetos do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável. Revista NAU Social - v.3, n.5, p. 177-199. Nov 2012/Abr 2013.

COSTA, M.S.; SERAFIM, M.L.F.; NASCIMENTO, A.R.S. do. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 24(3):551-558, jul-set 2015.

CÔRTEZ, G.R.; LUCIANO M.C.F.; DIAS, K.C.O. A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência. Biblionline, João Pessoa, v. 8, n. esp. p.134-151, 2012.

CORTEZ, M.B.; SOUZA, L. de. Mulheres (in)Subordinadas: o Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 24 n. 2, pp. 171-180, 2008.

CRUZ R. de S.B.L.C. [et al]. Desenvolvimento sustentável e cultura de paz: conceitos passíveis de um processo de ensino e aprendizagem. NUPEAT–IESA–UFG, v.3, n.2, Jul./Dez., 2013.

DISKIN, L.; ROIZMAN, L.G. Paz, como se faz?: semeando cultura de paz nas escolas. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, UNESCO, Associação Palas Athena, 2002.

DUARTE, M. C.; FONSECA, R. M. G. S; SOUZA, V.; PENA, E. D. Gênero e violência contra a mulher na literatura de enfermagem: uma revisão. Revista Brasileira de Enfermagem, 2015.

FARIA, N. A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero. In: SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, São Paulo: SOF, 2010.

FERREIRA, F.R. A prevenção da violência e promoção da cultura de paz: o papel da saúde pública. São Paulo, 2012.

FIÚZA, T.M. [et al]. Violência, drogadição e processo de trabalho na Estratégia de Saúde da Família: conflitos de um grande centro urbano brasileiro. Rev bras med fam comunidade. Florianópolis, 2011 Jan-Mar; 6(18): 32-39. 2011.

FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. R. paran. Desenv., Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002.

FRASER, M.T.D.; GONDIM, S.M.G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Pandéia, 2004.

FREIRE, N. Violência de Gênero e Políticas Públicas no Brasil. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 12-19, jan.-mar. 2012

FRIEDMAN, J. Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras, Celta, 1996.

GADOTTI, M. Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed.São Paulo –SP: Atlas, 2009.

GOMES N.P.; DINIZ N.M.F.; FILHO C.C.S.; SANTOS J.N.B. Enfrentamento da violência doméstica contra a mulher a partir da interdisciplinaridade e intersetorialidade. Rev. enferm. UERJ [Internet]. 2009.

GOMES, N.P. [et al]. Percepção dos profissionais da rede de serviços sobre o enfrentamento da violência contra a mulher. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, abr/jun; 20(2):173-8. 2012.

GUEDES, R.N. [et al]. Limites e possibilidades avaliativas da Estratégia Saúde da Família para a violência de gênero. Rev Esc Enferm USP 2013; 47(2): 304-11. 2013.

GROSSI, P.K.; TAVARES, F.A.; OLIVEIRA, S.B. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. Athenea Digital. n.14. 2008.

HEISE, L.; PITANGUY, J.; GERMAIN, A. Violence against women: the hidden health burden. World health statistics quarterly. Rapport trimestriel de statistiques sanitaires mondiales, 46(1), 78. 1993.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2012.

IKEDA, D. Segurança humana e sustentabilidade: Compartilhar o respeito pela dignidade da vida. Proposta de paz. Editora Brasil Seikyo Ltda. 2012.

JACOBI, P. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. Rev. Saúde e Sociedade. Ed. 8, v. 1, 1999.

JORGE, M.J.F. A Cultura da Sustentabilidade Social, um instrumento de Humanização. Dissertação apresentada no âmbito do Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2015.

KLEBA, M.E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

LEAL, S.M.C.; LOPES, M.J.M.; GASPAR, M.F.M. Social Representations of violence against women in the nursing perspective. Interface Comunic Saude Educ. Abr-Jun; 15(37):409-24. 8. 2011.

LEITE, M.T. de S. [et al]. Ocorrência de violência contra a mulher nos diferentes ciclos de vida. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 22(1):85-92, jan.-fev. 2014.

LIMA, M. do C.C.S. [et al]. Atuação profissional da atenção básica de saúde face à identificação e notificação da violência infanto-juvenil. Revista Baiana de Saúde Pública. v.35, supl.1, p.118-137 jan./jun. 2011.

LIRA, C.E.P.R. de; SILVA, P. de P.A.C. da; TRINDADE, R.F.C. da. Conduta dos agentes comunitários de saúde diante de casos de violência familiar. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2012 oct/dec;14(4):928-36. 2012.

LISBOA, T.K. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. Fazendo gênero 8 – corpo, violência e poder. Empoderamento, inclusão social, políticas de gênero. ST 11 – Exclusão Social, Poder e Violência. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

LISBOA, T.K. Violência de Gênero, Políticas Públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social. TEMPORALIS. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014.

LOUETTE, A. Indicadores de Nações: uma Contribuição ao Diálogo da Sustentabilidade: Gestão do Conhecimento. Ed. São Paulo: WHH – Willis Harman House, 2007.

LOURENÇO, M.L.; CARVALHO, D. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. RACE, UNOESC, v.12, n.1, p. 9-38, jan./jun. 2013.

MACHADO, V. de F. A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo a Rio 92. Brasília, 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASSULA, L. A violência e o acesso das mulheres à justiça: O caminho das pedras ou as pedras do (no) caminho. Retirado em 25 de junho de 2013, de <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/leticiapdf.pdf>

MATOS, K.S.A.L. [et al]. Cultura de paz: do conhecimento à sabedoria. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MENDES, J.M.G. Dimensões da sustentabilidade. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 2, julho/dezembro, 2009.

MENEGHEL, S.N.; HIRAKATA, V.N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. Revista de Saúde Pública, 45(3), 564-574. 2011.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. Revista Economia e Desenvolvimento, nº 16, 2004.

MILANI, F.M.; JESUS, R. de C.D.P. de. Cultura de paz : estratégias, mapas e bússolas / Salvador : INPAZ, 2003.

MINAYO, M.C.S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. (Orgs). Impacto da violência na saúde dos Brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. M.C.S. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. Cien Saude Colet. 2006; 11(Supl1):1259-67. 2006.

_____. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOMO, D. C.; PAIVA, J. A.; RIBEIRO, A. S. C.; CARDOSO, B. L. D.; SOUZA, W. J. Institucionalização de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero: sistematizando trajetórias de iniciativas nacionais e internacionais. Revista HOLOS – UFRN, Ano 29, v. 1, 2013.

MONTEIRO, A.C. Antecedentes da violência doméstica contra as mulheres no Brasil: origens da família patriarcal. Pos-Rev Bras Pos-Grad Cienc Soc.; 11(1):200-24. 2012.

MORAES, A.; RIBEIRO, L. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência”. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana* ISSN 1984-6487 / n.11 - ago. 2012 - pp.37-58. 2012.

MOREIRA, T. das N.F. [et al]. A construção do cuidado: o atendimento às situações de violência doméstica por equipes de Saúde da Família. *Saúde Soc. São Paulo*, v.23, n.3, p.814-827, 2014.

MORERA, J. A. C. [et al]. Violência de Gênero: um olhar histórico. *HIST. ENF. REV. ELETR (HERE)*. jan/jul; 5(1):54-66. 2014.

MÜHLEN, B.K.V; NEVES M. Avanços e retrocessos no combate da violência contra mulheres. *Athenea Digital - 13(2): 229-237*, julho 2013.

NASCIMENTO, V.S. do; PETROLA, D.A.F. Educar Para Paz e Para a Sustentabilidade: Construindo Caminhos Para Outro Mundo Possível. *Revista NAU Social - v.5, n.8, p. 71-82* Maio/Out 2014.

NASCIMENTO, E.P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados* 26 (74), 2012.

NJAINE, K.; ASSIS, S.G. de; CONSTANTINO, P. Impactos da violência na saúde. Fundação Oswaldo Cruz; Educação à distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2. ed. Rio de Janeiro – RJ, 2009.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. (Org.) Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: Ed. Ibama, 2002.

NOTHAFT, R.J. Repensando violência de gênero e políticas públicas para combatê-la. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.

NOVELLINO, M.S.F.; TAVARES, R.S. de S. Coleta de informações em estudos sociais: abordagens quantitativas e qualitativas para analisar centros de referência de atendimento às mulheres em situação de violência. *Atoz: novas práticas em informação e conhecimento*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 10-21, jan./jun. 2012.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios. Brasília, 2010.

OLIVEIRA, A.P.G.; CAVALCANTI, V.R.S. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. *Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum.* 17(1):39-51. 2007.

OSTERNE, M. do S.F. Violência contra a mulher: estruturas patriarcais, relações de gênero e a (re)significação do conceito de vida privada. *O público e o privado - Nº8 - Julho/Dezembro*, 2006.

OSTERNE, M. do S.F. A violência contra a mulher na dimensão cultural da prevalência do masculino. *O público e o privado - Nº 18 - Julho/Dezembro*, 2011.

PEREIRA, E.F.; TEIXEIRA, C.S.; SANTOS, A. dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012.

PINTO JUNIOR, A. [et al]. Capacitação de profissionais de saúde na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes no município de Dourados/MS. *Rev. Ciênc. Ext.* v.8, n.2, p.77-88, 2012.

PORTO J.R.R., LUZ A.M.H. Matizes da violência contra a mulher: conhecendo o fenômeno. *Rev Gaúcha Enferm*, Porto Alegre (RS), 2004 ago;25(2):207-18, 2004.

QUEIROZ, F.M. de; DINIZ, M.I. Desafios à implementação de políticas públicas para as mulheres em situação de violência. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (anais eletrônicos)*, Florianópolis, 2013.

RICHARDSON, R.J. [et al]. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ª. ed. 12. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

ROSO, A.; ROMANINI, M. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. *Psicologia e Saber Social*, 3(1), 83-95, 2014 .

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAFFIOTI, H.I.B. Violência de gênero: entre o público e o privado. *Presença da mulher*, n.31, 1994.

_____. Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*. São Paulo: PUC, 1997.

SAGOT, M.; CARCEDO, A. Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en America Latina: Estudios de caso de diez países. Retirado 25 de junho de 2013, de <http://www1.paho.org/spanish/hdp/hdw/rutacritica.pdf>.

SANTOS, C.M.D. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. *Oficina do CES*, 301; 2008.

SANTOS. C.M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 89, Junho 2010: 153-170. 2010.

SANTOS, I.A. Violência de gênero e políticas públicas: os avanços sociais no atendimento das vítimas de violência doméstica em Cuiabá. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, 2011.

SCHMIDT, B.; COELHO, E.S.B. Abordagem da violência familiar na Estratégia Saúde da Família: revisão de literatura. *Psicologia Argumento/dossiê*. Curitiba, 2013.

SECCHI, L. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. 2. ed. São Paulo-SP: Cengage Learning, 2014.

SEIDL, E.M.F.; ZANNON, C.M.L. da C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(2):580-588, mar- abr, 2004.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SEPM. Secretaria Especial de Política para Mulheres. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

SILVA, S.G. da. Preconceito e Discriminação: As Bases da Violência Contra a Mulher. Psicologia Ciência e Profissão, 2010, 30 (3), 556-571, 2010.

SILVA, E.B. da; PADOIN, S.M. de M.; VIANNA, L.A.C. Mulher em situação de violência: limites da assistência. Ciência & Saúde Coletiva, 20(1):249-258, 2015.

SIMÃO, A.G. [et al]. Indicadores, políticas públicas e a sustentabilidade. IN: SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J. E. de. Políticas Públicas e indicadores para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Saraiva, 2010.

SIQUEIRA, R.R. Mulher, uma construção social: representações, estereótipos e imagens. Revista do Grupo de Pesquisa “Processos Identitários e Poder” - GEPPIP Revista Ambivalências • ISSN 2318-3888 • V2 • N.3 • p. 06 – 41 • Jan-Jun/2014.

SOARES, B.M. Enfrentando a violência contra a mulher: orientações práticas para profissionais e voluntários(as). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SOARES, B.M.A conflitualidade conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. v. 5, nº 2, p. 191-210, abr/mai/jun, 2012.

SOUSA, J.R.M.; ARAÚJO, M.L.G.; VIANA, R. Desvendando os gêneros, desvelando o cotidiano. Fortaleza: Casa Lilás e Associação Mulheres em Movimento, 2002.

SOUZA, A.A. Educação e sociedade: um estudo exploratório acerca dos meandros da violência juvenil. Revista HOLOS – UFRN, Ano 31, v. 4, 2015.

TELES, M.A.A.; MELO, M. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2003.

UNESCO. Kit de informação sobre o Movimento Global para o Ano Internacional da Cultura de Paz. Brasília.1999.

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WASELFISZ, J.J. Mapa da violência 2012 – os novos padrões da violência homicida no Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde – Organização Mundial da Saúde. OPAS/OMS. São Paulo, 2011.

WASELFISZ, J.J. Mapa da violência 2015 – homicídio de mulheres no Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde – Organização Mundial da Saúde. OPAS/OMS. Brasília, 2015.

YIN. R.K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZOTTIS, G.A.H.; CUNHA, L.L.; KREBS, L.F.; ALGERI, S.; FLORES, R.Z. Violência e desenvolvimento sustentável: o papel da universidade. Saúde e Sociedade. Universidade de São Paulo. v.17. n.3. 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de solicitação de autorização para realização do estudo

Sr(a). Coord.(a) do Centro de Referência de Atendimento a Mulher do Município de Crato – CE

Vimos através deste, solicitar a V. Sra. autorização para realizar uma pesquisa científica que se intitula: **Sustentabilidade Social no Combate a Violência Contra a Mulher – um estudo de caso no interior do Ceará.** Para a coleta de dados será utilizado uma entrevista semi-estruturada contendo dados pertinentes ao objetivo da pesquisa os quais serão transcritas tais como foram encontradas.

Esclarecemos que o referido estudo respeitará todos os preceitos éticos pertinentes as pesquisas, tais como o sigilo das informações e o anonimato dos sujeitos envolvidos. Além disto, não haverá ônus a Instituição em questão.

Estaremos a sua disposição para dúvidas e esclarecimentos na Rua George Teles Sampaio, bairro Independência, cidade Crato ou ainda no seguinte telefone: 088 9.9806.0649.

Certos de vosso apoio, antecipadamente agradecemos sua atenção.

Patrícia Pereira Tavares de Alcantara

Aluna do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável- Pesquisadora

Verônica Salgueiro do Nascimento

Dra. e Profa. do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável – Orientadora

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

A pesquisa científica que se intitula: **Sustentabilidade Social no Combate a Violência Contra a Mulher – um estudo de caso no interior do Ceará**, visa trazer como benefícios da pesquisa a ampliação das discussões sobre a problemática da Violência contra a Mulher, bem como contribuições ao desenvolvimento da Região do Cariri cearense, fomentando a pesquisa para o crescimento social. Os dados obtidos serão utilizados na elaboração da dissertação do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Eu _____, portador (a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF) número _____, pelo presente instrumento que atende às exigências legais, declaro que, após leitura minuciosa do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE, tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores.

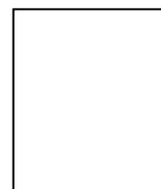
Afirmo está ciente de que a pesquisa manterá o meu sigilo e anonimato, não me trará ônus, riscos ou danos enquanto participante da pesquisa. Ciência de que serão evitados desconfortos e riscos associados à exposição da minha participação no estudo, assegurando assim a segurança do anonimato e o sigilo das informações. Ciência de que para garantia do anonimato, os participantes serão identificados através de pseudônimos.

Bem como está ciente dos serviços e procedimentos aos quais serei submetido (entrevistas e observação), da garantia de recusar-me a participar da pesquisa em qualquer fase, sem penalização nenhuma. Ciência dos benefícios advindos da pesquisa e de que toda informação fornecida será utilizada somente para esta pesquisa, e serão consideradas as determinações contidas na Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos.

Não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente da pesquisa, assinando o presente documento em duas vias de igual teor e valor.

O pesquisador responsável estará a disposição para dúvidas e esclarecimentos na Rua George Teles Sampaio, bairro Independência, cidade Crato ou ainda no seguinte telefone: 088 9.9806.0649.

Crato-CE, _____ de _____ de _____.



Assinatura

ou

Impressão dactiloscópica

Patrícia Pereira Tavares de Alcântara

Pesquisadora Responsável

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semi-estruturada

PARTE I

1. Idade
2. Profissão
3. Sexo
4. Formação acadêmica

PARTE II

1. Há quanto tempo trabalha com essa problemática de Violência contra a Mulher ?
2. Já participou de alguma capacitação sobre Políticas Públicas de Combate a Violência contra a Mulher ?
3. Quais as facilidades dos profissionais da equipe técnica do Centro de Referência de Atendimento a Mulher para realizarem suas ações ?
4. Quais as dificuldades dos profissionais da equipe técnica do Centro de Referência de Atendimento a Mulher para realizarem suas ações ?
5. Como acontece a comunicação entre a Rede de Atendimento à Mulher ? Como ocorrem os encaminhamentos ?
6. Quais os impactos/benefícios do desenvolvimento das ações ?
7. De que forma favorece a ruptura do ciclo de violência ?
8. O trabalho favorece uma melhoria na qualidade de vida das mulheres (empoderamento econômico; assistência a saúde; educação; cidadania; reconstrução da auto-imagem) ?

ANEXOS

UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI - URCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INTERFACE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE CRATO/CE

Pesquisador: PATRICIA PEREIRA TAVARES DE ALCANTARA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 56799816.8.0000.5055

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI-UFCA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.889.662

Apresentação do Projeto:

A violência é um fenômeno sócio-histórico que acompanha a evolução da humanidade, afetando a saúde individual e coletiva, o que exige a formulação de políticas públicas ou ações do Estado voltadas para minimizar o problema (MINAYO, 2006). A violência contra a mulher encontra-se ancorada na cultura patriarcal presente em todo o mundo. É um fenômeno complexo que tem raízes na desigualdade de gênero, apresentando repercussões na vida de quem a vivencia. O interesse pelo tema de estudo, deriva do fato que, apesar dos dados alarmantes sobre violência contra a mulher, em nossa sociedade não tem sido possível identificar, na prática, ações e políticas públicas eficientes para lidar com esse fenômeno. No Brasil, as políticas públicas de combate a violência contra a mulher têm se mostrado tímidas, e, na maioria das vezes, ineficazes como se tem demonstrado em vários estudos ao longo de quase três décadas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as relações que podem ser estabelecidas entre as Políticas Públicas de Combate a Violência contra a Mulher e a Sustentabilidade Social no Centro de Referência da Mulher do município de Crato/CE.

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161
Bairro: Pimenta **CEP:** 63.105-000
UF: CE **Município:** CRATO
Telefone: (88)3102-1212 **Fax:** (88)3102-1291 **E-mail:** cep@urca.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI - URCA



Continuação do Parecer: 1.889.662

Objetivo Secundário:

- Investigar as políticas públicas de combate a violência contra a mulher desenvolvidas no Centro de Referência da Mulher do município de Crato/CE;
- Verificar, na percepção dos profissionais que trabalham no Centro de Referência da Mulher do município de Crato/CE, a correlação dos serviços ofertados por as políticas públicas de combate a violência contra a mulher e a sustentabilidade social;
- Discutir de que forma essas políticas públicas se aproximam do paradigma da sustentabilidade social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

QUEBRA DE ANONIMATO

Benefícios:

AMPLIAÇÃO DAS DISCUSSÕES SOBRE AS POLITICAS PUBLICAS DE COMBATE A VIOLENCIA CONTRA A MULHER

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Está bem escrito e fundamentado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Constam todos

Recomendações:

O cronograma que está em anexo/folha separada está correto. Assim, deve ser atualizado o cronograma que consta o projeto completo e o cronograma que está no projeto básico.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_703946.pdf	29/11/2016 10:41:38		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_CEP.doc	29/11/2016 10:39:28	PATRICIA PEREIRA TAVARES DE ALCANTARA	Aceito

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161
 Bairro: Pimenta CEP: 63.105-000
 UF: CE Município: CRATO
 Telefone: (88)3102-1212 Fax: (88)3102-1291 E-mail: cep@urca.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI - URCA



Continuação do Parecer: 1.889.662

TCLE / Temos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP.doc	29/11/2016 10:39:07	PATRICIA PEREIRA TAVARES DE ALCANTARA	Aceito
Outros	ANUENCIA_CRM.jpg	03/10/2016 18:12:10	PATRICIA PEREIRA TAVARES DE ALCANTARA	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA.doc	03/10/2016 17:53:19	PATRICIA PEREIRA TAVARES DE ALCANTARA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	23/05/2016 21:17:00	PATRICIA PEREIRA TAVARES DE ALCANTARA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	23/05/2016 21:13:00	PATRICIA PEREIRA TAVARES DE ALCANTARA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CRATO, 27 de Dezembro de 2016

Assinado por:
George Pimentel Fernandes
(Coordenador)

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161
Bairro: Pimenta CEP: 63.105-000
UF: CE Município: CRATO
Telefone: (88)3102-1212 Fax: (88)3102-1291 E-mail: cep@urca.br